

Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) em comparação com o número de usuários em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf2} = \text{Comp} / \text{Ui}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de computadores de uso pessoal: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal e em suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.17. Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

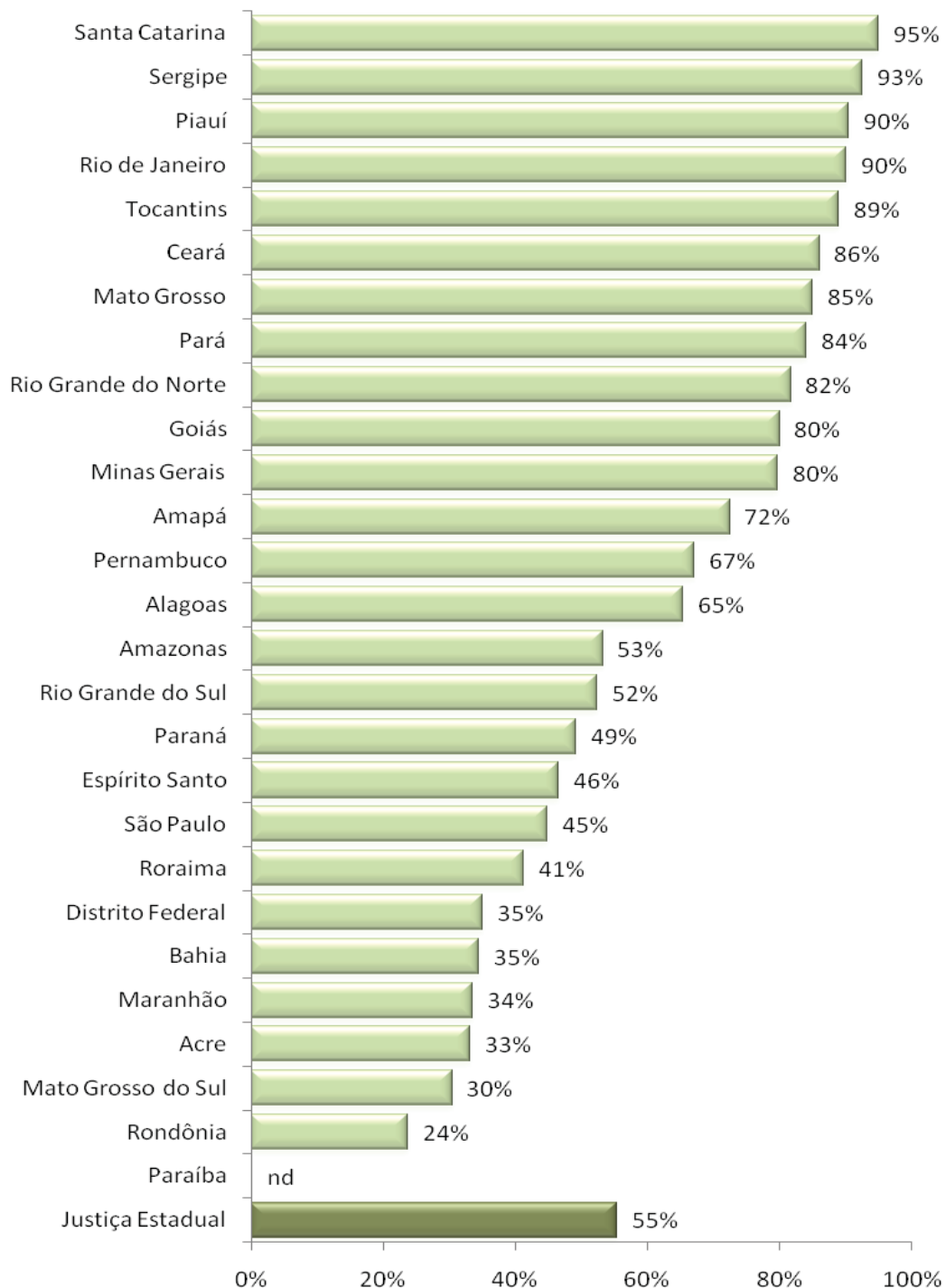
Tabela 1.33 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tribunal de Justiça	m ² Util - Área útil em metros quadrados	m ² Total - Área total em metros quadrados	Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)
Acre	36.026	108.585	33%
Alagoas	71.141	108.760	65%
Amazonas	41.612	78.207	53%
Amapá	34.262	47.298	72%
Bahia	418.754	1.212.920	35%
Ceará	349.407	406.288	86%
Distrito Federal	225.267	642.051	35%
Espírito Santo	115.441	248.383	46%
Goiás	215.925	269.910	80%
Maranhão	78.001	232.443	34%
Minas Gerais	438.485	549.972	80%
Mato Grosso do Sul	94.029	309.349	30%
Mato Grosso	275.998	324.762	85%
Pará	110.149	131.010	84%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	193.834	289.057	67%
Piauí	75.571	83.572	90%
Paraná	346.713	705.458	49%
Rio de Janeiro	489.521	543.912	90%
Rio Grande do Norte	82.392	100.844	82%
Rondônia	54.188	228.550	24%
Roraima	21.239	51.401	41%
Rio Grande do Sul	458.000	875.000	52%
Santa Catarina	224.619	236.441	95%
Sergipe	119.033	128.592	93%
São Paulo	894.473	1.994.338	45%
Tocantins	44.351	49.882	89%
Justiça Estadual	5.508.431	9.956.985	55%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.33 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dm^2 - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2Util / m^2Total$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m^2Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m^2Total - Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios (próprios ou não) dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.18. Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

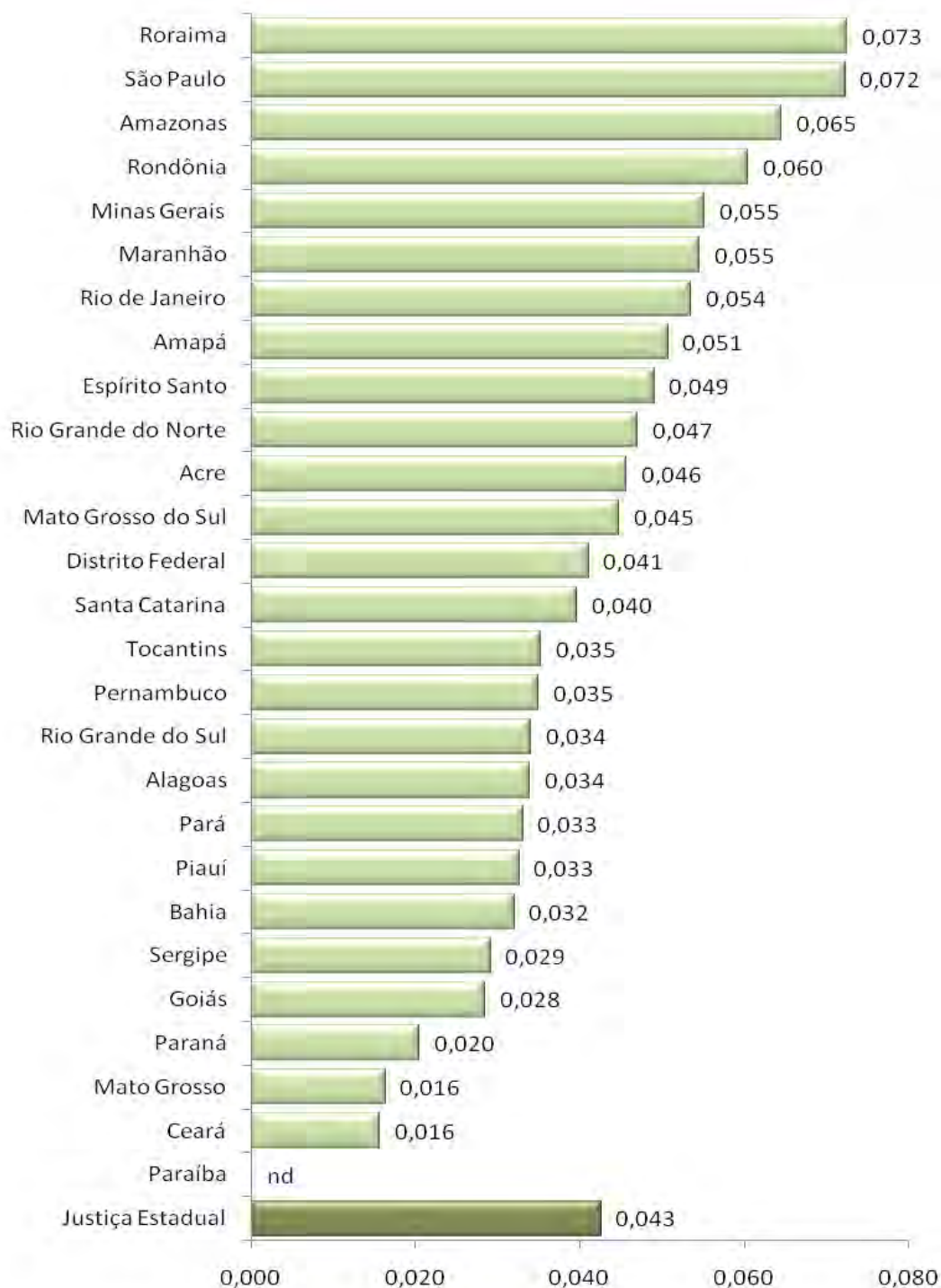
Tabela 1.34 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tribunal de Justiça	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	m ² Util - Área útil em metros quadrados	Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)
Acre	1.646	36.026	0,046
Alagoas	2.414	71.141	0,034
Amazonas	2.686	41.612	0,065
Amapá	1.738	34.262	0,051
Bahia	13.432	418.754	0,032
Ceará	5.486	349.407	0,016
Distrito Federal	9.261	225.267	0,041
Espírito Santo	5.664	115.441	0,049
Goiás	6.148	215.925	0,028
Maranhão	4.259	78.001	0,055
Minas Gerais	24.185	438.485	0,055
Mato Grosso do Sul	4.208	94.029	0,045
Mato Grosso	4.517	275.998	0,016
Pará	3.647	110.149	0,033
Paraíba	4.158	nd	nd
Pernambuco	6.783	193.834	0,035
Piauí	2.469	75.571	0,033
Paraná	7.101	346.713	0,020
Rio de Janeiro	26.197	489.521	0,054
Rio Grande do Norte	3.879	82.392	0,047
Rondônia	3.276	54.188	0,060
Roraima	1.541	21.239	0,073
Rio Grande do Sul	15.616	458.000	0,034
Santa Catarina	8.915	224.619	0,040
Sergipe	3.476	119.033	0,029
São Paulo	64.648	894.473	0,072
Tocantins	1.565	44.351	0,035
Justiça Estadual	238.915	5.508.431	0,043

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.34 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2_{\text{util}}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $FTT = Mag + TS$

- m²Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.19. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

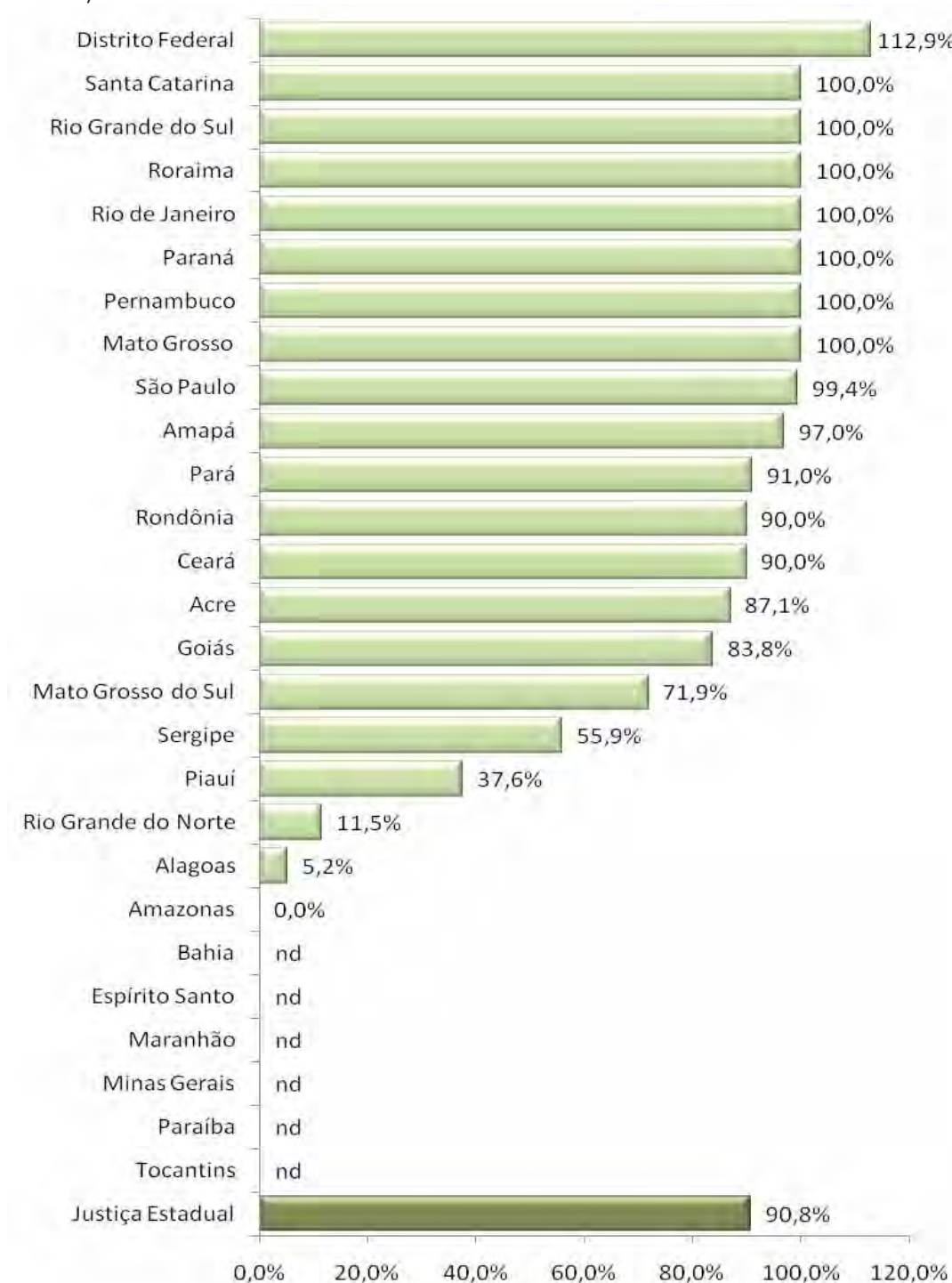
Tabela 1.35 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tribunal de Justiça	MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares	ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)
Acre	3.900	4.476	87,1%
Alagoas	1.651	31.782	5,2%
Amazonas	0	2.505	0,0%
Amapá	25.694	26.489	97,0%
Bahia	nd	nd	nd
Ceará	5.604	6.227	90,0%
Distrito Federal	44.685	39.582	112,9%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	3.352	4.000	83,8%
Maranhão	nd	nd	nd
Minas Gerais	nd	nd	nd
Mato Grosso do Sul	35.269	49.051	71,9%
Mato Grosso	1.795	1.795	100,0%
Pará	9.901	10.881	91,0%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	54.345	54.345	100,0%
Piauí	48.344	128.712	37,6%
Paraná	3.680	3.680	100,0%
Rio de Janeiro	94.174	94.174	100,0%
Rio Grande do Norte	342	2.972	11,5%
Rondônia	19.705	21.895	90,0%
Roraima	1.669	1.669	100,0%
Rio Grande do Sul	183.000	183.000	100,0%
Santa Catarina	62.865	62.865	100,0%
Sergipe	13.612	24.348	55,9%
São Paulo	830.501	835.176	99,4%
Tocantins	nd	nd	nd
Justiça Estadual	1.444.088	1.589.624	90,8%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.35 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.),

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MLUtilArq** - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Estadual e suas unidades vinculadas no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento $\times$ altura $\times$ largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- **MLDispArq** - Espaço disponível de arquivo em metros lineares: espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Estadual e suas unidades vinculadas no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento $\times$ altura $\times$ largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

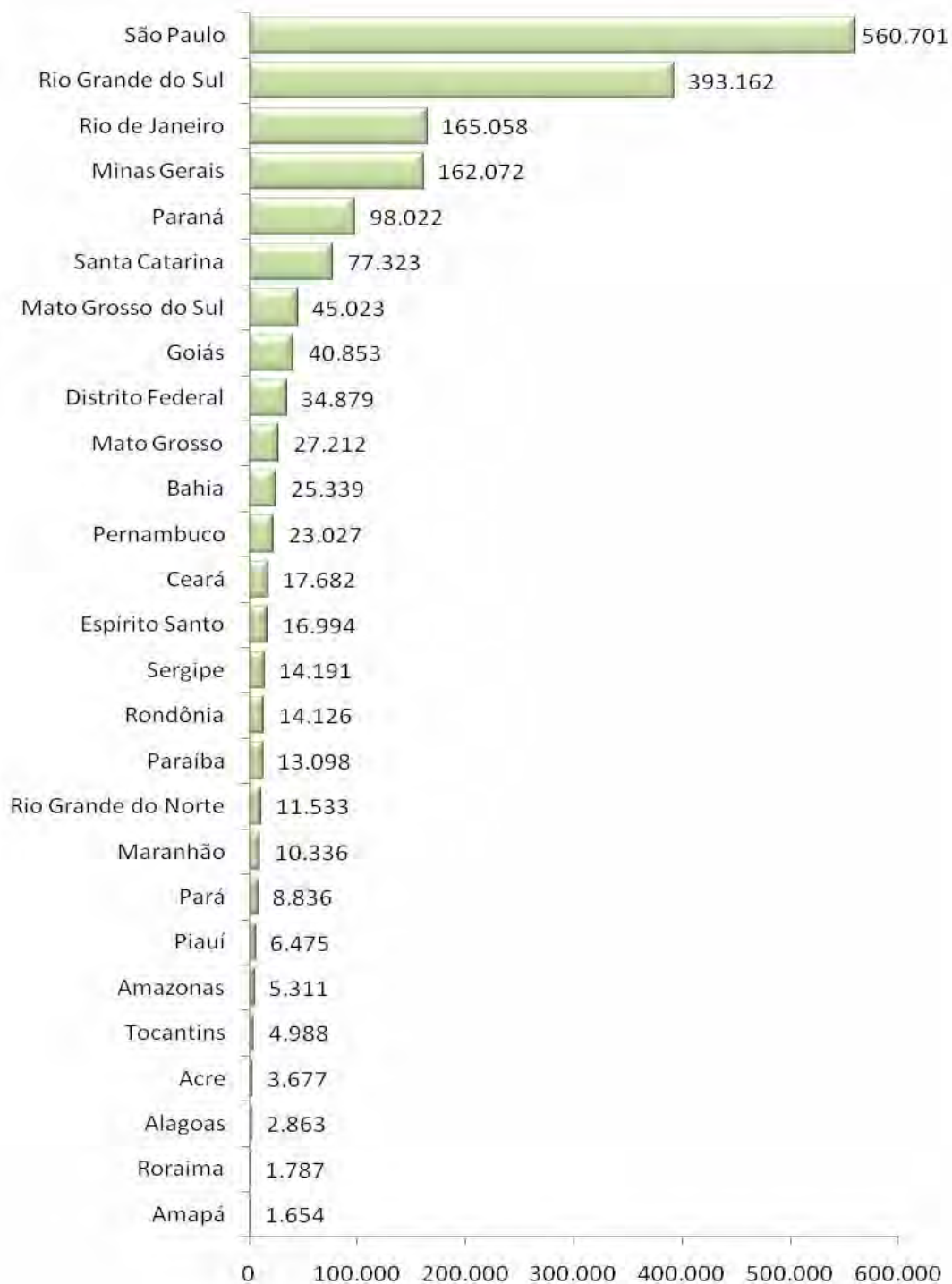
2.1.1. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tabela 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tribunal de Justiça	CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais	CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau
Acre	1.287	2.390	3.677
Alagoas	963	1.900	2.863
Amazonas	1.788	3.523	5.311
Amapá	613	1.041	1.654
Bahia	5.018	20.321	25.339
Ceará	4.270	13.412	17.682
Distrito Federal	9.469	25.410	34.879
Espírito Santo	5.704	11.290	16.994
Goiás	7.058	33.795	40.853
Maranhão	2.904	7.432	10.336
Minas Gerais	39.252	122.820	162.072
Mato Grosso do Sul	7.223	37.800	45.023
Mato Grosso	5.435	21.777	27.212
Pará	2.595	6.241	8.836
Paraíba	2.661	10.437	13.098
Pernambuco	5.363	17.664	23.027
Piauí	3.524	2.951	6.475
Paraná	14.474	83.548	98.022
Rio de Janeiro	24.633	140.425	165.058
Rio Grande do Norte	2.148	9.385	11.533
Rondônia	3.203	10.923	14.126
Roraima	781	1.006	1.787
Rio Grande do Sul	33.079	360.083	393.162
Santa Catarina	10.924	66.399	77.323
Sergipe	2.379	11.812	14.191
São Paulo	145.117	415.584	560.701
Tocantins	1.340	3.648	4.988
Justiça Estadual	343.205	1.443.017	1.786.222

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau



Glossário:

Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais: Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.
- CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.2. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tribunal de Justiça	CpCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	CpNCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau
Acre	448	1.061	1.509
Alagoas	nd	nd	nd
Amazonas	550	1.157	1.707
Amapá	90	247	337
Bahia	3.150	14.840	17.990
Ceará	14.006	56.266	70.272
Distrito Federal	3.395	9.048	12.443
Espírito Santo	71	998	1.069
Goiás	827	5.931	6.758
Maranhão	2.020	4.849	6.869
Minas Gerais	25.468	117.921	143.389
Mato Grosso do Sul	1.243	12.834	14.077
Mato Grosso	1.615	7.625	9.240
Pará	1.127	4.642	5.769
Paraíba	987	3.377	4.364
Pernambuco	10.269	35.264	45.533
Piauí	nd	nd	nd
Paraná	4.467	38.757	43.224
Rio de Janeiro	11.192	45.271	56.463
Rio Grande do Norte	946	3.143	4.089
Rondônia	2.557	3.731	6.288
Roraima	851	1.932	2.783
Rio Grande do Sul	9.124	83.575	92.699
Santa Catarina	3.659	64.279	67.938
Sergipe	4.299	9.452	13.751
São Paulo	105.228	569.911	675.139
Tocantins	735	3.900	4.635
Justiça Estadual	208.324	1.100.011	1.308.335

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes no 2º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Criminais: Saldo residual de processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.
- CpNCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais: Saldo residual de processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se processos infracionais.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.3. TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

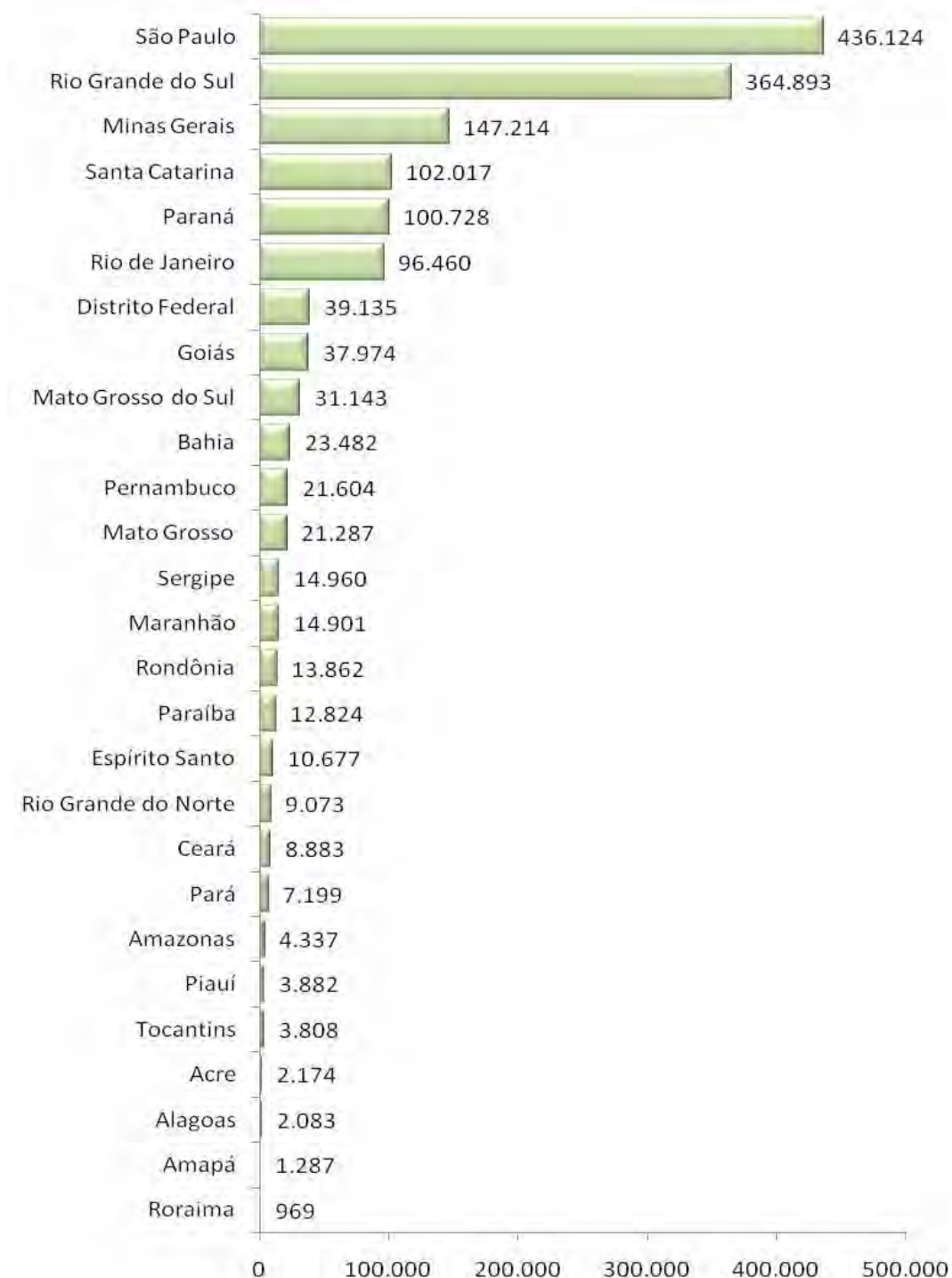
Tabela 2.3 - TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Tribunal de Justiça	TBAixCrim2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	TBAixNCrim2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau
Acre	846	1.328	2.174
Alagoas	1.130	953	2.083
Amazonas	2.094	2.243	4.337
Amapá	533	754	1.287
Bahia	6.542	16.940	23.482
Ceará	1.788	7.095	8.883
Distrito Federal	10.348	28.787	39.135
Espírito Santo	2.732	7.945	10.677
Goiás	6.619	31.355	37.974
Maranhão	4.611	10.290	14.901
Minas Gerais	34.383	112.831	147.214
Mato Grosso do Sul	6.026	25.117	31.143
Mato Grosso	4.720	16.567	21.287
Pará	2.456	4.743	7.199
Paraíba	2.699	10.125	12.824
Pernambuco	5.383	16.221	21.604
Piauí	3.882	nd	3.882
Paraná	14.325	86.403	100.728
Rio de Janeiro	11.510	84.950	96.460
Rio Grande do Norte	1.797	7.276	9.073
Rondônia	3.170	10.692	13.862
Roraima	485	484	969
Rio Grande do Sul	29.215	335.678	364.893
Santa Catarina	9.241	92.776	102.017
Sergipe	3.504	11.456	14.960
São Paulo	137.086	299.038	436.124
Tocantins	1.362	2.446	3.808
Justiça Estadual	308.487	1.224.493	1.532.980

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.3 - T_{Baix2º} - Total de Processos Baixados no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos baixados no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixCrim2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais: Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim2º - Casos novos no 2º grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.
- **TBaixNCrim2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrim2º - Casos novos no 2º grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.4. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

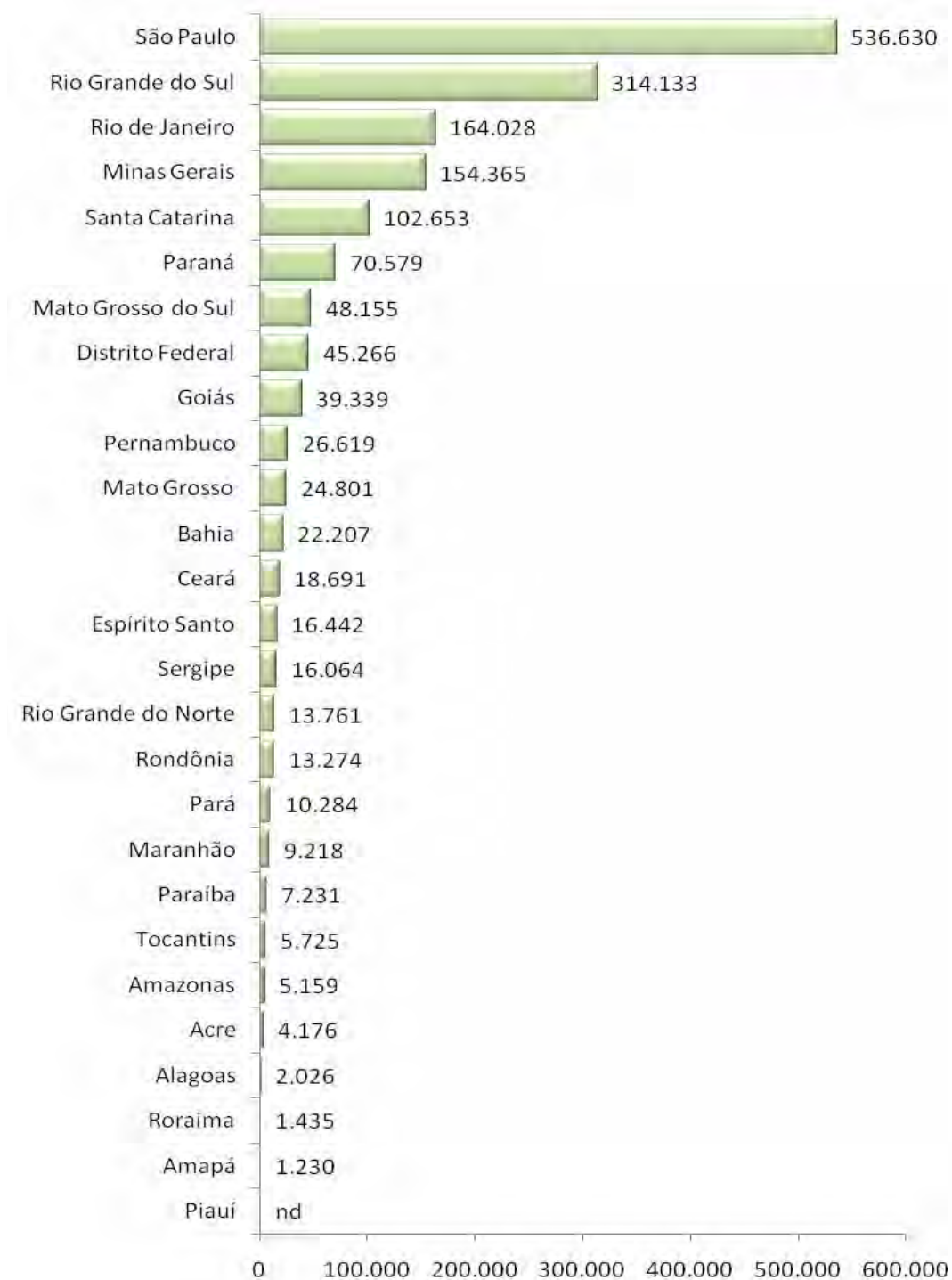
Tabela 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Tribunal de Justiça	DecCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	DecNCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau
Acre	1.391	2.785	4.176
Alagoas	943	1.083	2.026
Amazonas	1.671	3.488	5.159
Amapá	294	936	1.230
Bahia	3.566	18.641	22.207
Ceará	3.865	14.826	18.691
Distrito Federal	10.711	34.555	45.266
Espírito Santo	4.805	11.637	16.442
Goiás	6.738	32.601	39.339
Maranhão	2.589	6.629	9.218
Minas Gerais	38.633	115.732	154.365
Mato Grosso do Sul	7.016	41.139	48.155
Mato Grosso	4.758	20.043	24.801
Pará	3.509	6.775	10.284
Paraíba	2.046	5.185	7.231
Pernambuco	5.871	20.748	26.619
Piauí	nd	nd	nd
Paraná	8.809	61.770	70.579
Rio de Janeiro	21.130	142.898	164.028
Rio Grande do Norte	2.254	11.507	13.761
Rondônia	3.165	10.109	13.274
Roraima	610	825	1.435
Rio Grande do Sul	29.768	284.365	314.133
Santa Catarina	9.877	92.776	102.653
Sergipe	2.913	13.151	16.064
São Paulo	139.891	396.739	536.630
Tocantins	1.754	3.971	5.725
Justiça Estadual	318.577	1.354.914	1.673.491

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{Dec2º} = \text{DecCrim2º} + \text{DecNCrim2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DecCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau: Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais. Excluem-se os processos infracionais.
- DecNCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau: Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2ºNCrim - Casos novos no 2º grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

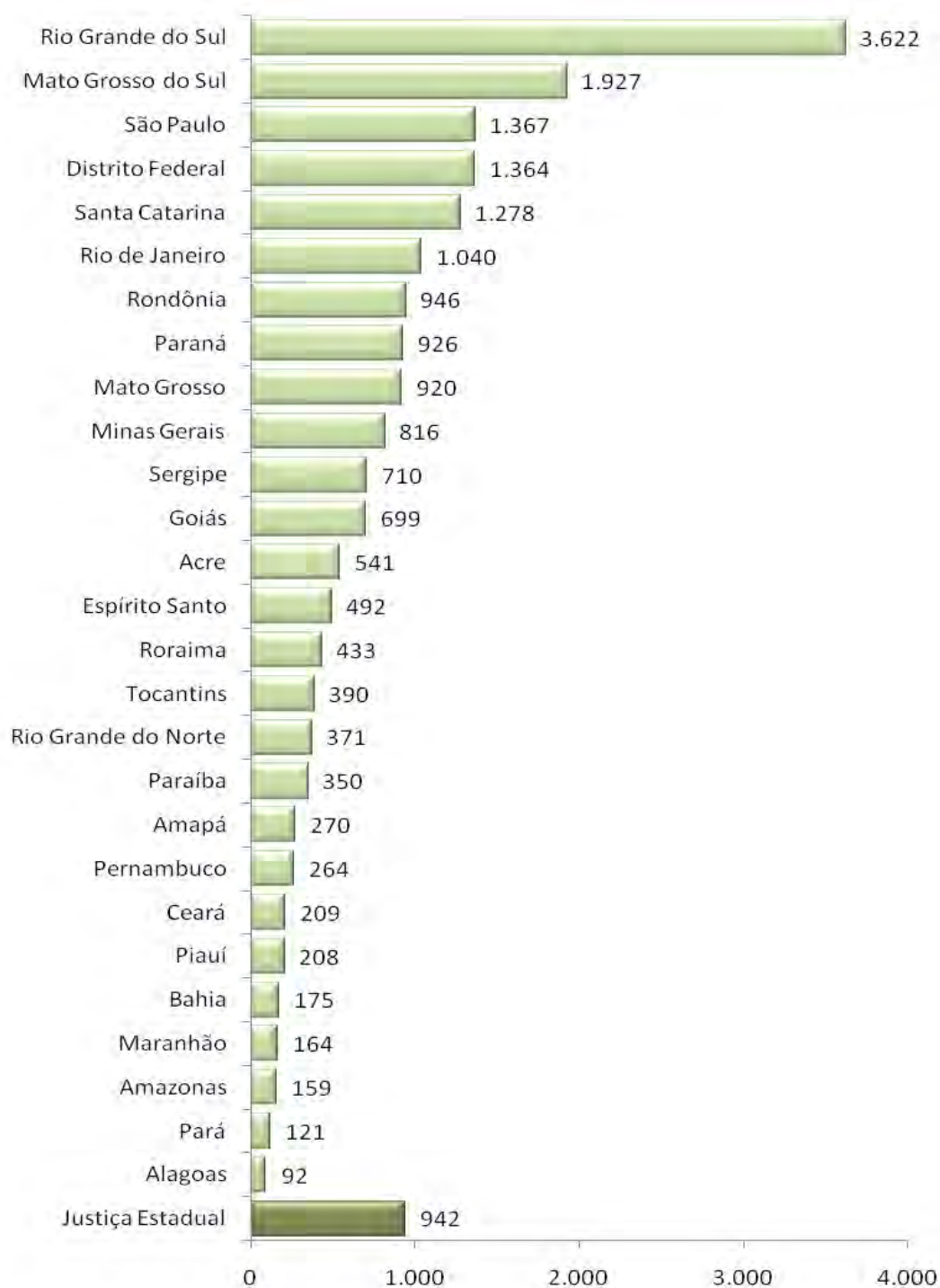
2.1.5. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tabela 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	h2 - Número de Habitantes por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau
Acre	3.677	7	541
Alagoas	2.863	31	92
Amazonas	5.311	33	159
Amapá	1.654	6	270
Bahia	25.339	145	175
Ceará	17.682	85	209
Distrito Federal	34.879	26	1.364
Espírito Santo	16.994	35	492
Goiás	40.853	58	699
Maranhão	10.336	63	164
Minas Gerais	162.072	199	816
Mato Grosso do Sul	45.023	23	1.927
Mato Grosso	27.212	30	920
Pará	8.836	73	121
Paraíba	13.098	37	350
Pernambuco	23.027	87	264
Piauí	6.475	31	208
Paraná	98.022	106	926
Rio de Janeiro	165.058	159	1.040
Rio Grande do Norte	11.533	31	371
Rondônia	14.126	15	946
Roraima	1.787	4	433
Rio Grande do Sul	393.162	109	3.622
Santa Catarina	77.323	61	1.278
Sergipe	14.191	20	710
São Paulo	560.701	410	1.367
Tocantins	4.988	13	390
Justiça Estadual	1.786.222	1.896	942

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau



Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Estadual para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

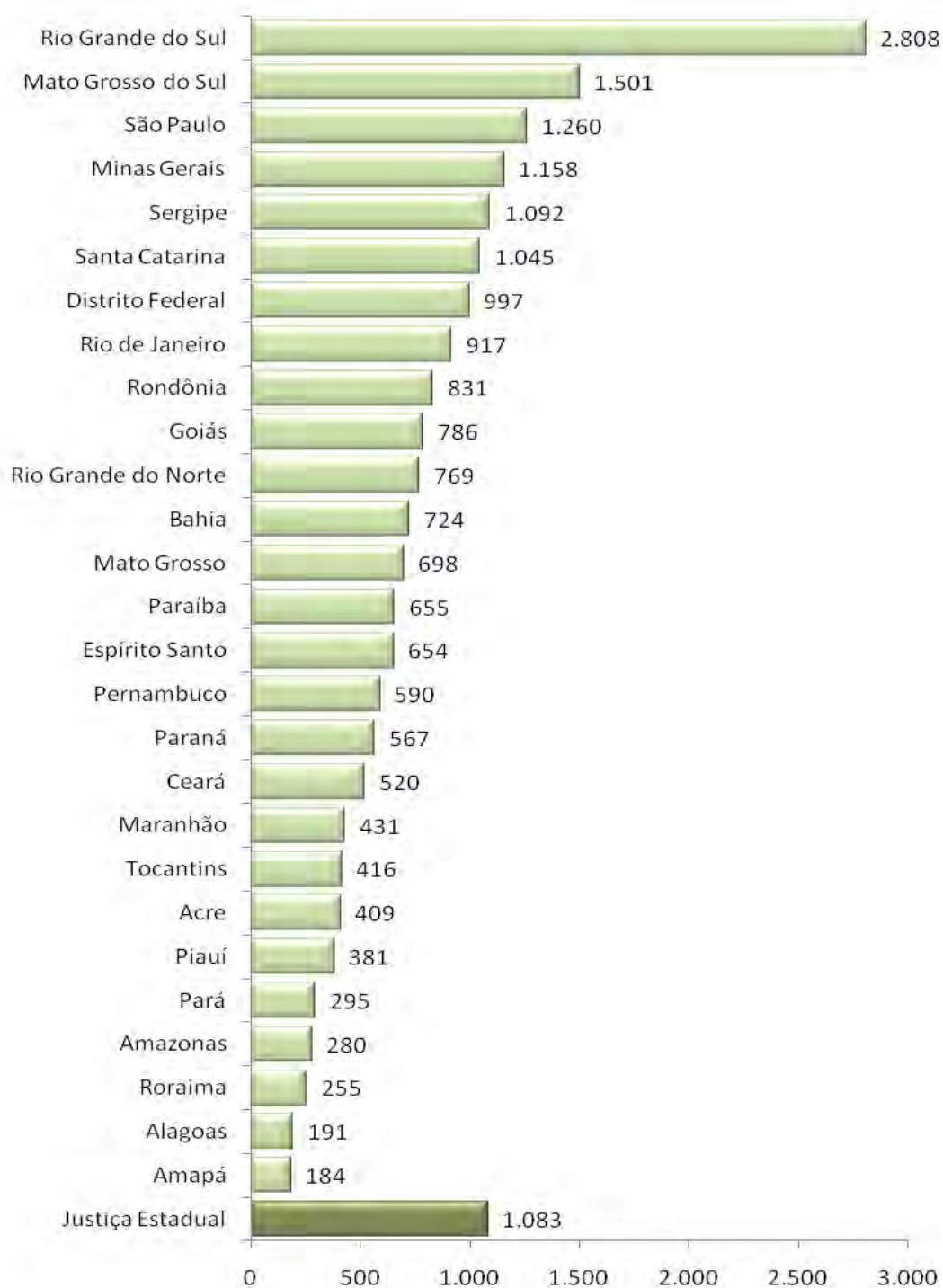
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.6. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau
Acre	3.677	9	409
Alagoas	2.863	15	191
Amazonas	5.311	19	280
Amapá	1.654	9	184
Bahia	25.339	35	724
Ceará	17.682	34	520
Distrito Federal	34.879	35	997
Espírito Santo	16.994	26	654
Goiás	40.853	52	786
Maranhão	10.336	24	431
Minas Gerais	162.072	140	1.158
Mato Grosso do Sul	45.023	30	1.501
Mato Grosso	27.212	39	698
Pará	8.836	30	295
Paraíba	13.098	20	655
Pernambuco	23.027	39	590
Piauí	6.475	17	381
Paraná	98.022	173	567
Rio de Janeiro	165.058	180	917
Rio Grande do Norte	11.533	15	769
Rondônia	14.126	17	831
Roraima	1.787	7	255
Rio Grande do Sul	393.162	140	2.808
Santa Catarina	77.323	74	1.045
Sergipe	14.191	13	1.092
São Paulo	560.701	445	1.260
Tocantins	4.988	12	416
Justiça Estadual	1.786.222	1.649	1.083

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 2º Grau, para cada magistrado dos Tribunais Estaduais no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2^\circ = Cn2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- $Mag2^\circ = MagE2^\circ + MagESub2^\circ$

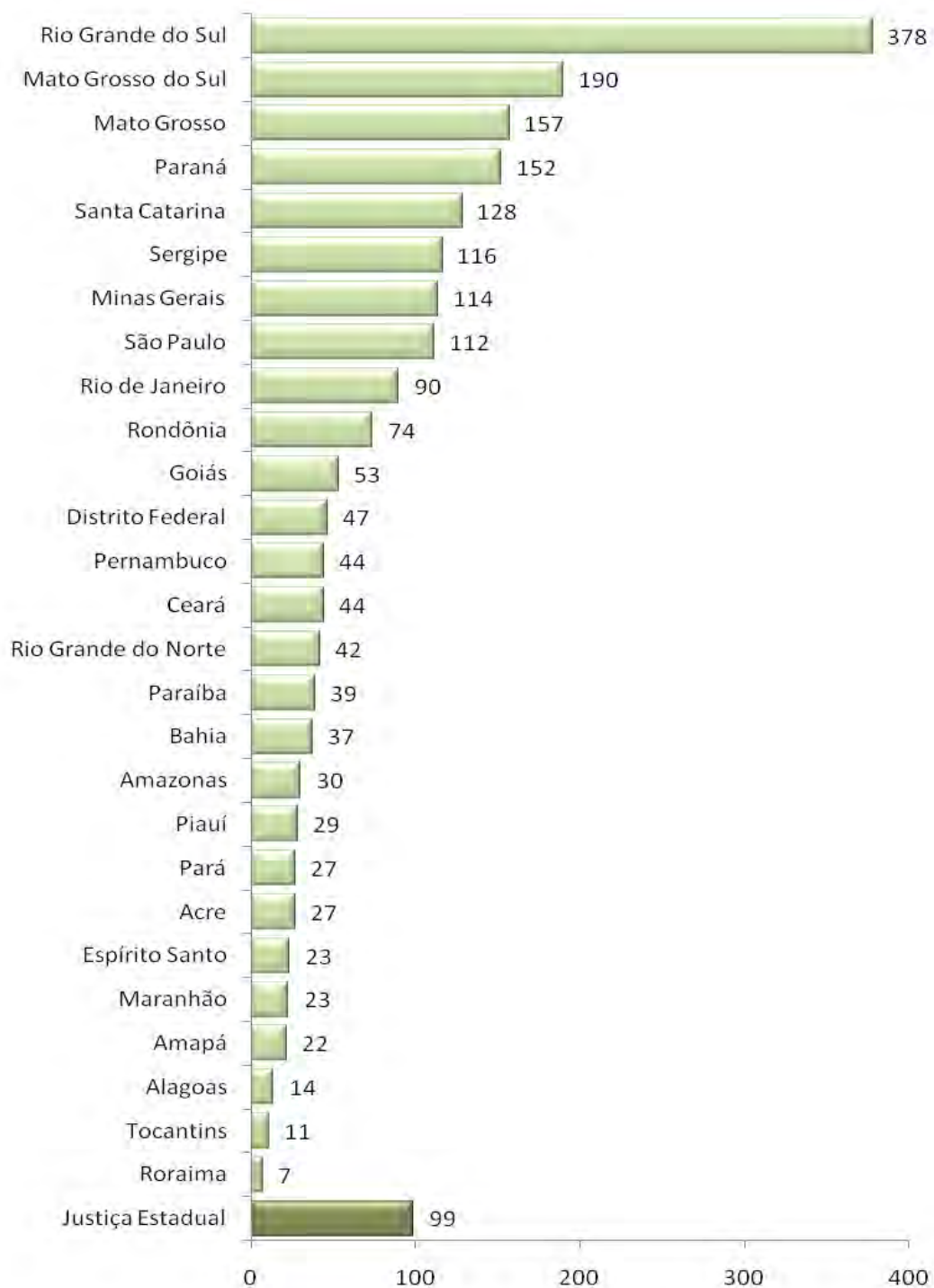
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.7. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tabela 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau
Acre	3.677	137	27
Alagoas	2.863	209	14
Amazonas	5.311	176	30
Amapá	1.654	76	22
Bahia	25.339	681	37
Ceará	17.682	401	44
Distrito Federal	34.879	747	47
Espírito Santo	16.994	728	23
Goiás	40.853	771	53
Maranhão	10.336	454	23
Minas Gerais	162.072	1.426	114
Mato Grosso do Sul	45.023	237	190
Mato Grosso	27.212	173	157
Pará	8.836	328	27
Paraíba	13.098	336	39
Pernambuco	23.027	520	44
Piauí	6.475	227	29
Paraná	98.022	643	152
Rio de Janeiro	165.058	1.839	90
Rio Grande do Norte	11.533	275	42
Rondônia	14.126	191	74
Roraima	1.787	251	7
Rio Grande do Sul	393.162	1.040	378
Santa Catarina	77.323	602	128
Sergipe	14.191	122	116
São Paulo	560.701	5.028	112
Tocantins	4.988	448	11
Justiça Estadual	1.786.222	18.066	99

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau



Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados nos Tribunais Estaduais, por servidor lotado na área judiciária dos Tribunais Estaduais no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2^\circ = Cn2^\circ / SaJud2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça Estadual, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.8. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

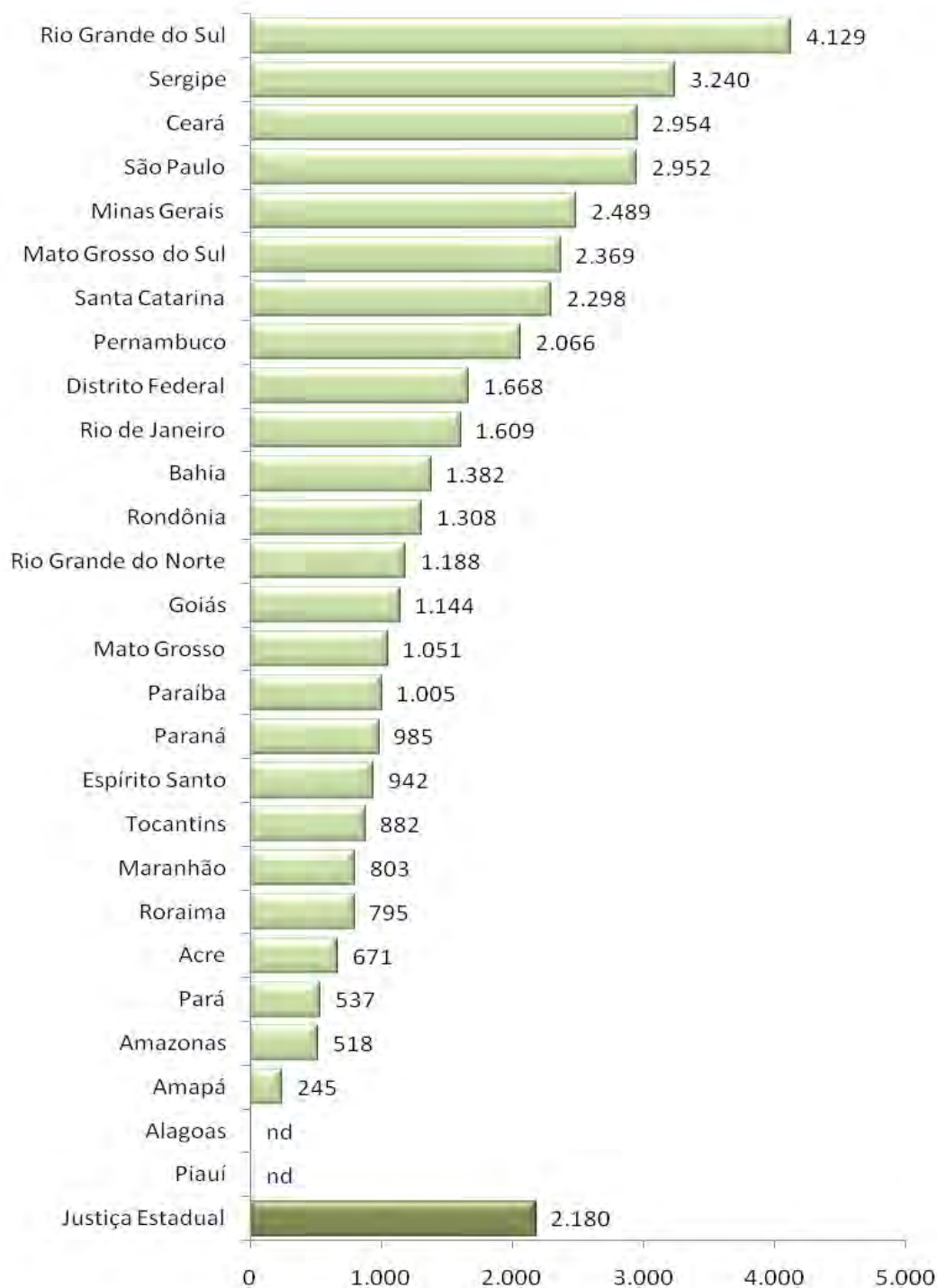
Tabela 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau
Acre	3.677	1.509	779	70	9	671
Alagoas	2.863	nd	2.009	256	15	nd
Amazonas	5.311	1.707	2.031	799	19	518
Amapá	1.654	337	197	15	9	245
Bahia	25.339	17.990	3.766	1.259	35	1.382
Ceará	17.682	70.272	4.245	8.227	34	2.954
Distrito Federal	34.879	12.443	7.778	3.280	35	1.668
Espírito Santo	16.994	1.069	5.083	1.354	26	942
Goiás	40.853	6.758	11.897	0	52	1.144
Maranhão	10.336	6.869	1.872	184	24	803
Minas Gerais	162.072	143.389	36.115	6.944	140	2.489
Mato Grosso do Sul	45.023	14.077	10.882	1.080	30	2.369
Mato Grosso	27.212	9.240	3.637	892	39	1.051
Pará	8.836	5.769	1.517	2	30	537
Paraíba	13.098	4.364	2.216	415	20	1.005
Pernambuco	23.027	45.533	8.875	3.130	39	2.066
Piauí	6.475	nd	1.239	nd	17	nd
Paraná	98.022	43.224	25.331	3.770	173	985
Rio de Janeiro	165.058	56.463	67.954	125	180	1.609
Rio Grande do Norte	11.533	4.089	2.038	163	15	1.188
Rondônia	14.126	6.288	1.680	140	17	1.308
Roraima	1.787	2.783	786	206	7	795
Rio Grande do Sul	393.162	92.699	81.006	11.156	140	4.129
Santa Catarina	77.323	67.938	21.251	3.508	74	2.298
Sergipe	14.191	13.751	2.691	11.485	13	3.240
São Paulo	560.701	675.139	77.685	nd	445	2.952
Tocantins	4.988	4.635	929	37	12	882
Justiça Estadual	1.786.222	1.308.335	385.489	58.497	1.649	2.180

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça Estadual de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$
- $RInt2^\circ$ - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $RIntP2^\circ$ - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos até o final do período anterior ao período-base (semestre), contra decisão do 2º Grau, para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $Mag2^\circ = MagE2^\circ + MagESub2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.9. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

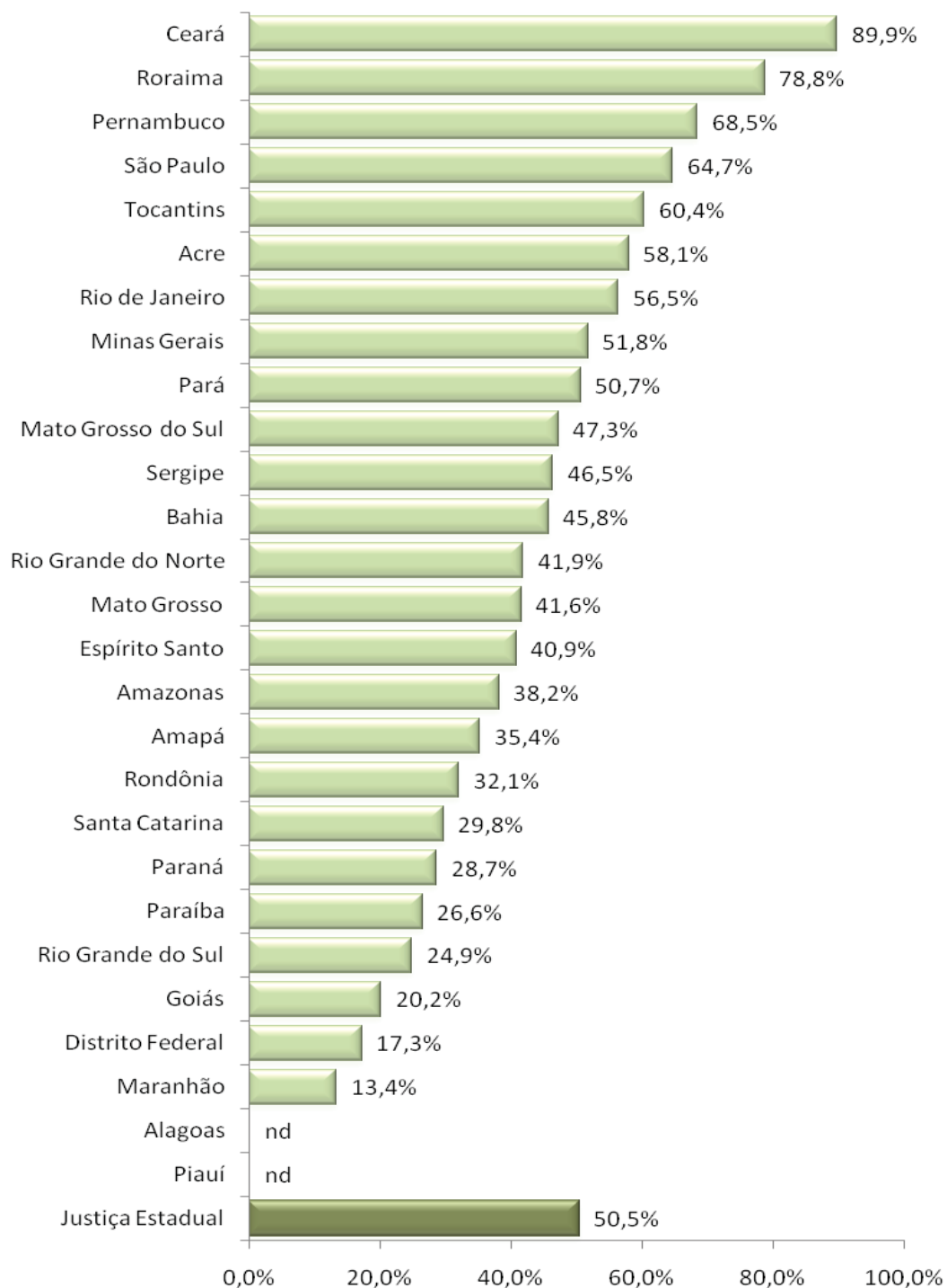
Tabela 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tribunal de Justiça	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau
Acre	2.174	3.677	1.509	58,1%
Alagoas	2.083	2.863	nd	nd
Amazonas	4.337	5.311	1.707	38,2%
Amapá	1.287	1.654	337	35,4%
Bahia	23.482	25.339	17.990	45,8%
Ceará	8.883	17.682	70.272	89,9%
Distrito Federal	39.135	34.879	12.443	17,3%
Espírito Santo	10.677	16.994	1.069	40,9%
Goiás	37.974	40.853	6.758	20,2%
Maranhão	14.901	10.336	6.869	13,4%
Minas Gerais	147.214	162.072	143.389	51,8%
Mato Grosso do Sul	31.143	45.023	14.077	47,3%
Mato Grosso	21.287	27.212	9.240	41,6%
Pará	7.199	8.836	5.769	50,7%
Paraíba	12.824	13.098	4.364	26,6%
Pernambuco	21.604	23.027	45.533	68,5%
Piauí	3.882	6.475	nd	nd
Paraná	100.728	98.022	43.224	28,7%
Rio de Janeiro	96.460	165.058	56.463	56,5%
Rio Grande do Norte	9.073	11.533	4.089	41,9%
Rondônia	13.862	14.126	6.288	32,1%
Roraima	969	1.787	2.783	78,8%
Rio Grande do Sul	364.893	393.162	92.699	24,9%
Santa Catarina	102.017	77.323	67.938	29,8%
Sergipe	14.960	14.191	13.751	46,5%
São Paulo	436.124	560.701	675.139	64,7%
Tocantins	3.808	4.988	4.635	60,4%
Justiça Estadual	1.532.980	1.786.222	1.308.335	50,5%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (T_{Baix}2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix}2^\circ = T_{BaixCrim}2^\circ + T_{BaixNCrim}2^\circ$
- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.10. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

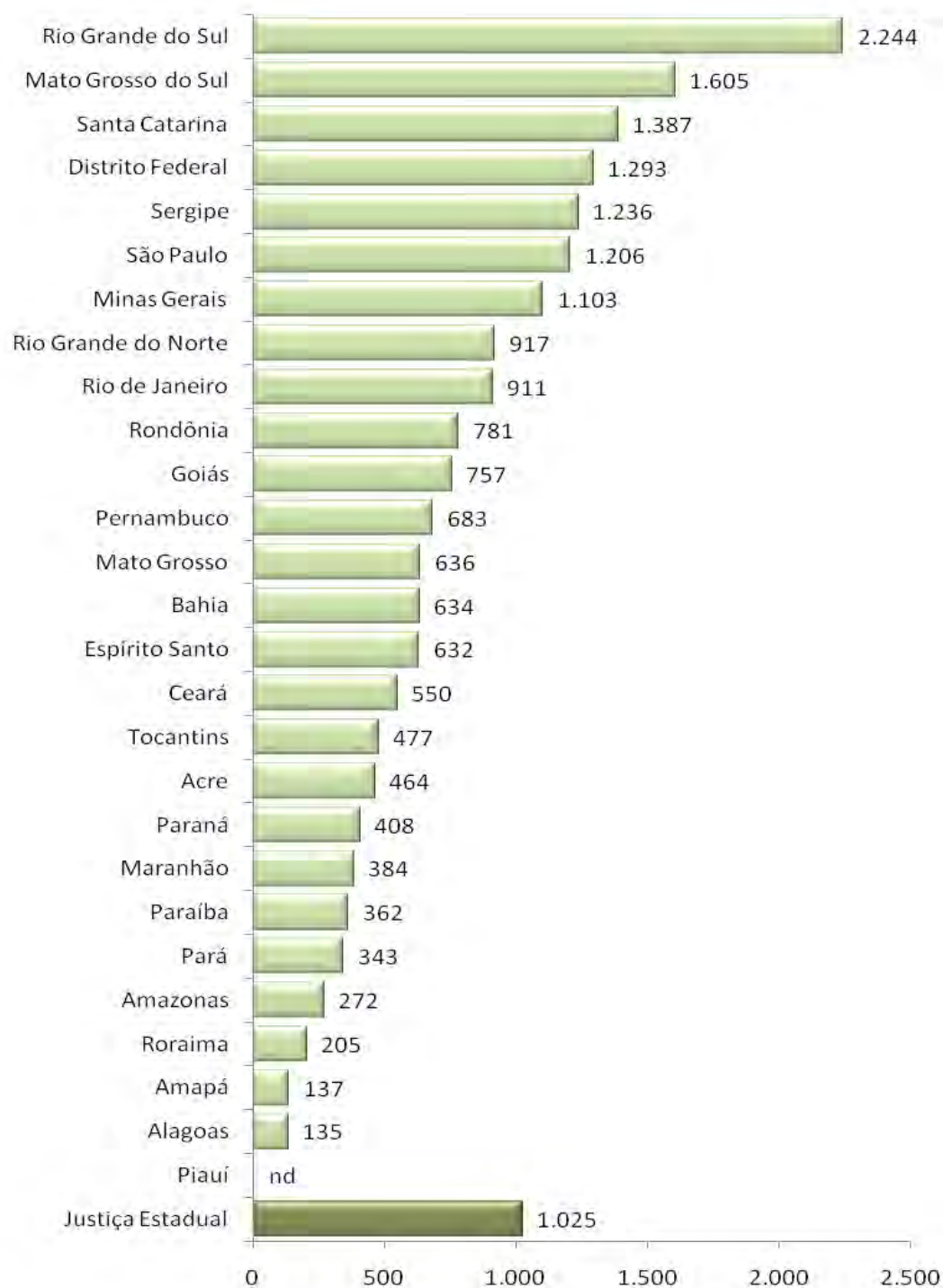
Tabela 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau
Acre	4.176	9	464
Alagoas	2.026	15	135
Amazonas	5.159	19	272
Amapá	1.230	9	137
Bahia	22.207	35	634
Ceará	18.691	34	550
Distrito Federal	45.266	35	1.293
Espírito Santo	16.442	26	632
Goiás	39.339	52	757
Maranhão	9.218	24	384
Minas Gerais	154.365	140	1.103
Mato Grosso do Sul	48.155	30	1.605
Mato Grosso	24.801	39	636
Pará	10.284	30	343
Paraíba	7.231	20	362
Pernambuco	26.619	39	683
Piauí	nd	17	nd
Paraná	70.579	173	408
Rio de Janeiro	164.028	180	911
Rio Grande do Norte	13.761	15	917
Rondônia	13.274	17	781
Roraima	1.435	7	205
Rio Grande do Sul	314.133	140	2.244
Santa Catarina	102.653	74	1.387
Sergipe	16.064	13	1.236
São Paulo	536.630	445	1.206
Tocantins	5.725	12	477
Justiça Estadual	1.673.491	1.649	1.025

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Dec2^\circ = DecCrim2^\circ + DecNCrim2^\circ$
- $Mag2^\circ = MagE2^\circ + MagESub2^\circ$

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.11. ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

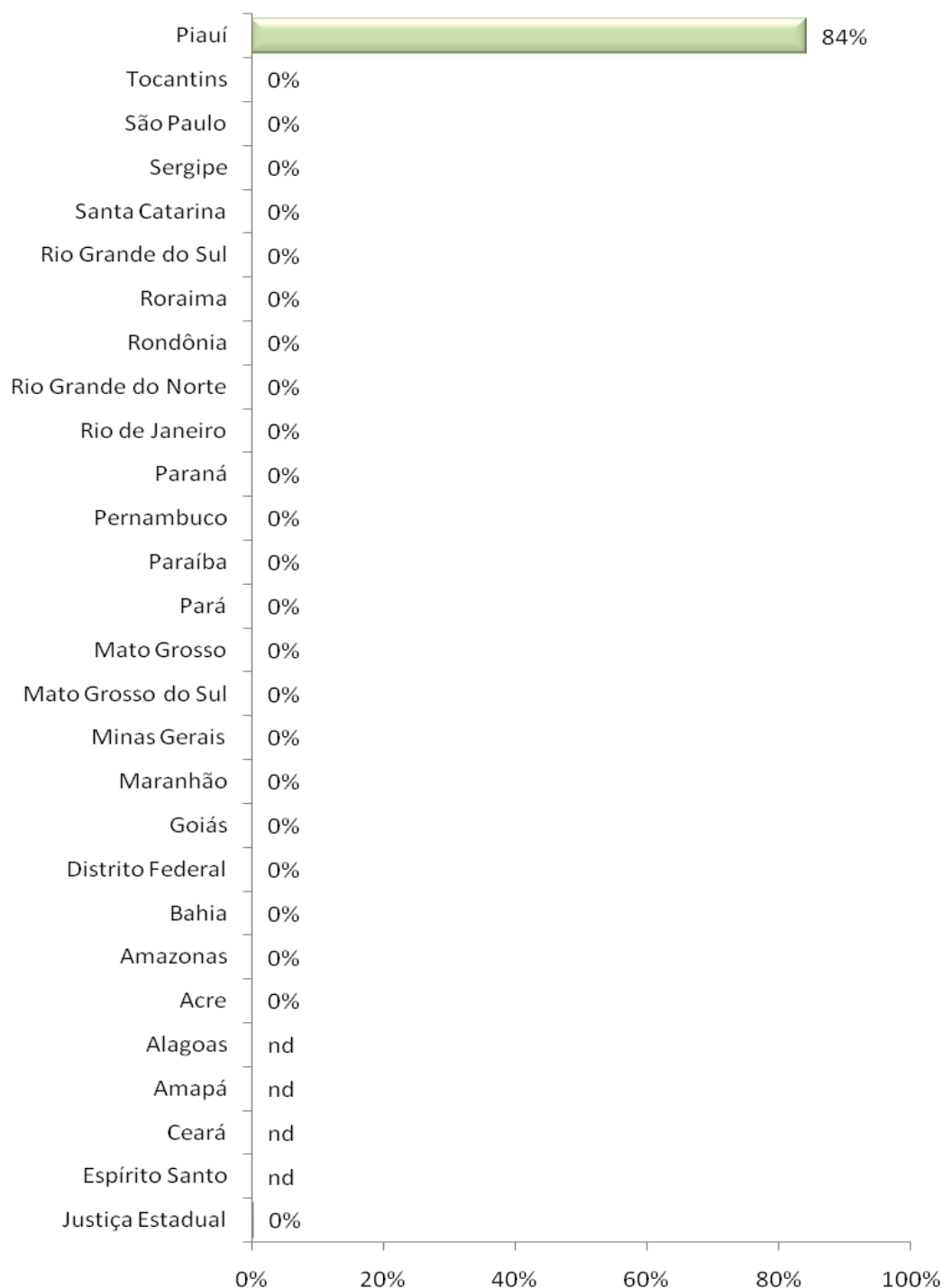
Tabela 2.11 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tribunal de Justiça	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau
Acre	0	3.677	0%
Alagoas	nd	2.863	nd
Amazonas	0	5.311	0%
Amapá	nd	1.654	nd
Bahia	0	25.339	0%
Ceará	nd	17.682	nd
Distrito Federal	0	34.879	0%
Espírito Santo	nd	16.994	nd
Goiás	0	40.853	0%
Maranhão	0	10.336	0%
Minas Gerais	0	162.072	0%
Mato Grosso do Sul	0	45.023	0%
Mato Grosso	0	27.212	0%
Pará	0	8.836	0%
Paraíba	0	13.098	0%
Pernambuco	0	23.027	0%
Piauí	5.456	6.475	84%
Paraná	0	98.022	0%
Rio de Janeiro	0	165.058	0%
Rio Grande do Norte	0	11.533	0%
Rondônia	0	14.126	0%
Roraima	0	1.787	0%
Rio Grande do Sul	0	393.162	0%
Santa Catarina	0	77.323	0%
Sergipe	0	14.191	0%
São Paulo	0	560.701	0%
Tocantins	0	4.988	0%
Justiça Estadual	5.456	1.786.222	0%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.11 - ProcEJ2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEl2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau não-criminais e b) CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau criminais.
- $\text{Cn2º} = \text{CnCrim2º} + \text{CnNCrim2º}$

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.12. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

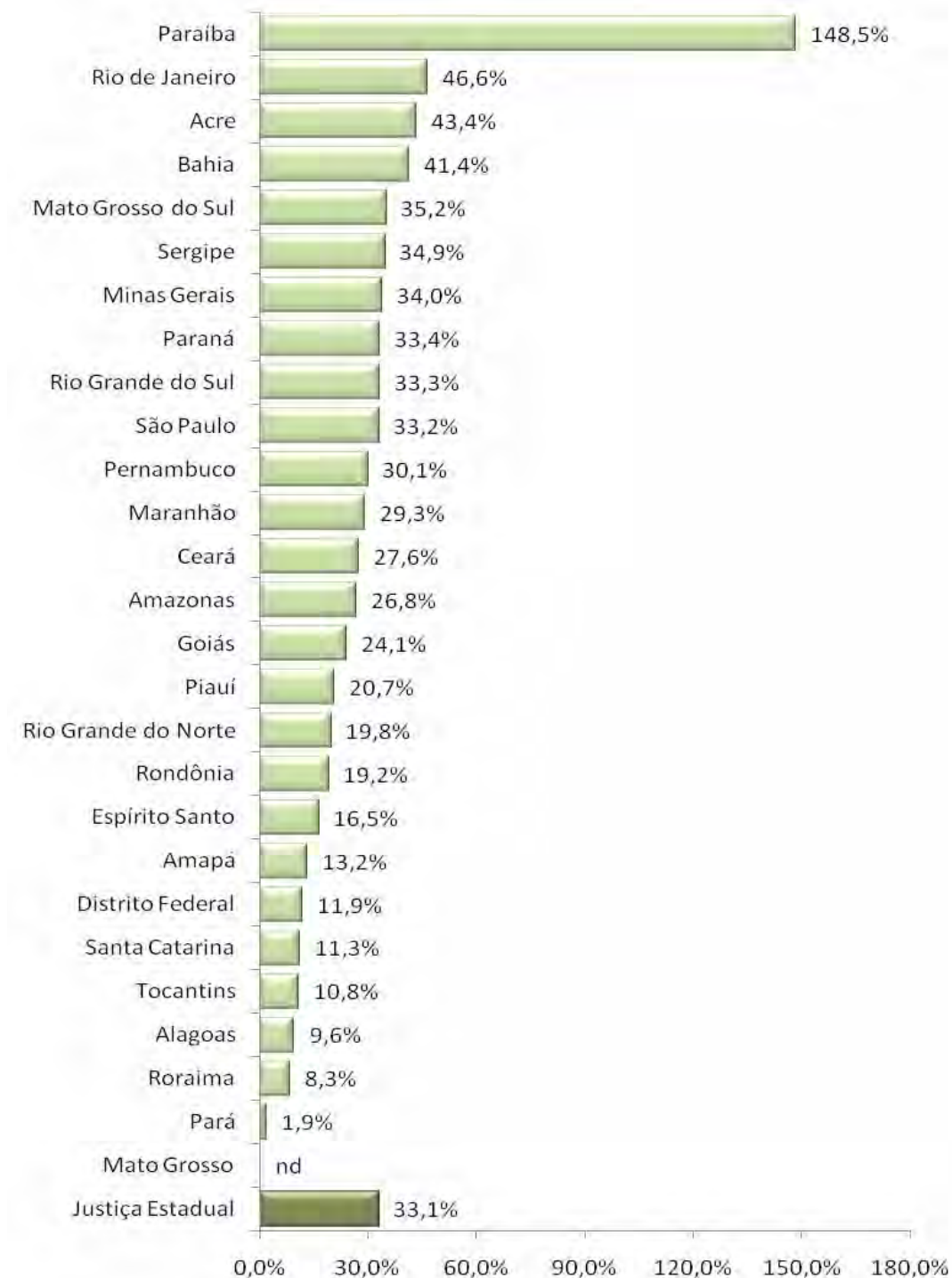
Tabela 2.12 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tribunal de Justiça	RSup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau	Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau	Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau
Acre	1.411	3.249	43,4%
Alagoas	291	3.038	9,6%
Amazonas	1.631	6.085	26,8%
Amapá	186	1.411	13,2%
Bahia	3.435	8.292	41,4%
Ceará	3.677	13.341	27,6%
Distrito Federal	3.810	31.935	11,9%
Espírito Santo	1.723	10.460	16,5%
Goiás	6.291	26.121	24,1%
Maranhão	2.192	7.469	29,3%
Minas Gerais	48.667	142.997	34,0%
Mato Grosso do Sul	10.794	30.628	35,2%
Mato Grosso	5.559	0	nd
Pará	146	7.602	1,9%
Paraíba	14.559	9.803	148,5%
Pernambuco	3.045	10.105	30,1%
Piauí	878	4.245	20,7%
Paraná	23.616	70.754	33,4%
Rio de Janeiro	57.077	122.580	46,6%
Rio Grande do Norte	2.123	10.700	19,8%
Rondônia	1.778	9.272	19,2%
Roraima	91	1.097	8,3%
Rio Grande do Sul	116.218	349.016	33,3%
Santa Catarina	8.971	79.676	11,3%
Sergipe	925	2.652	34,9%
São Paulo	153.957	464.066	33,2%
Tocantins	404	3.724	10,8%
Justiça Estadual	473.455	1.430.318	33,1%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.12 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Estaduais passíveis de recurso no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2^\circ = RSup2^\circ / Apublic2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais dos Tribunais Estaduais e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).
- Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelos Tribunais Estaduais passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

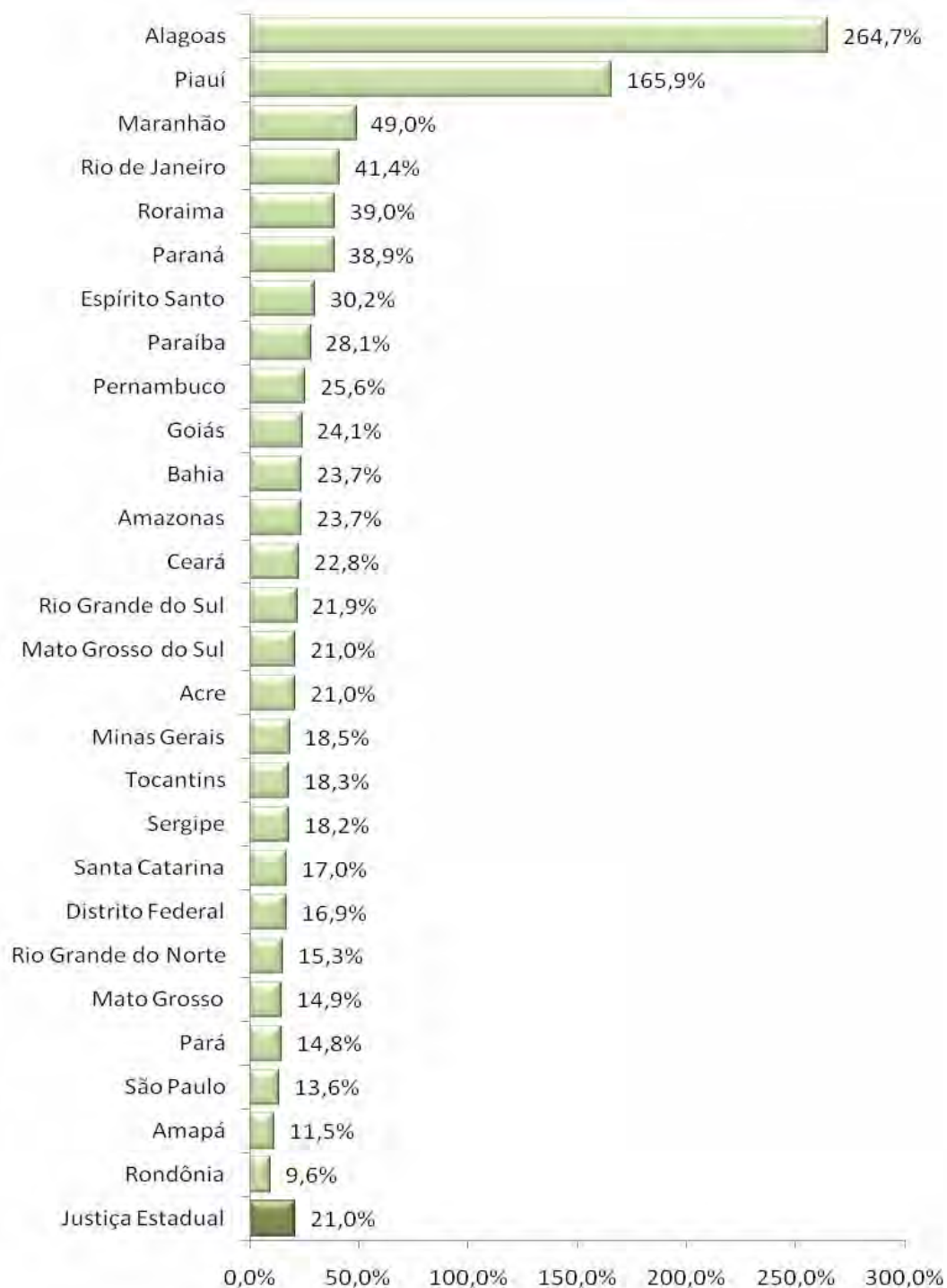
2.1.13. Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tabela 2.13 - Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tribunal de Justiça	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau
Acre	779	3.718	21,0%
Alagoas	2.009	759	264,7%
Amazonas	2.031	8.582	23,7%
Amapá	197	1.711	11,5%
Bahia	3.766	15.893	23,7%
Ceará	4.245	18.626	22,8%
Distrito Federal	7.778	45.998	16,9%
Espírito Santo	5.083	16.856	30,2%
Goiás	11.897	49.406	24,1%
Maranhão	1.872	3.820	49,0%
Minas Gerais	36.115	195.251	18,5%
Mato Grosso do Sul	10.882	51.771	21,0%
Mato Grosso	3.637	24.423	14,9%
Pará	1.517	10.284	14,8%
Paraíba	2.216	7.900	28,1%
Pernambuco	8.875	34.711	25,6%
Piauí	1.239	747	165,9%
Paraná	25.331	65.170	38,9%
Rio de Janeiro	67.954	164.028	41,4%
Rio Grande do Norte	2.038	13.322	15,3%
Rondônia	1.680	17.464	9,6%
Roraima	786	2.015	39,0%
Rio Grande do Sul	81.006	370.518	21,9%
Santa Catarina	21.251	125.042	17,0%
Sergipe	2.691	14.784	18,2%
São Paulo	77.685	571.023	13,6%
Tocantins	929	5.088	18,3%
Justiça Estadual	385.489	1.838.910	21,0%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.13 - Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau



Glossário:

RIn2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos nos Tribunais Estaduais em relação ao número de decisões passíveis de recurso interno no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $RIn2^\circ = RInt2^\circ / DeRInt2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau: As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça Estadual de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração e infringentes, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

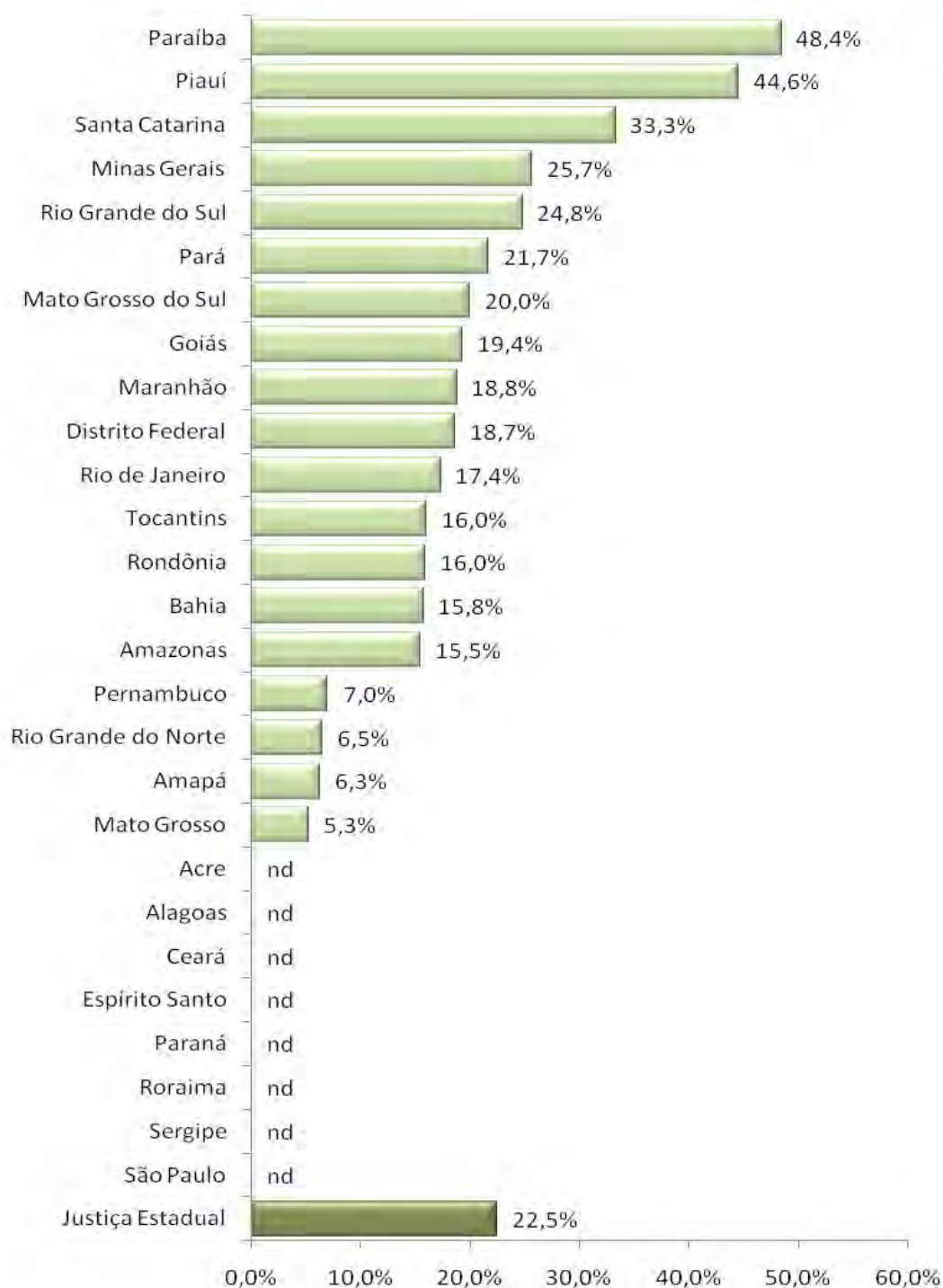
Tabela 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo STF ou STJ(ainda que parcialmente)	Rj2º - Recursos Julgados pelo STF ou STJ	Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau
Acre	nd	nd	nd
Alagoas	nd	397	nd
Amazonas	135	870	15,5%
Amapá	1	16	6,3%
Bahia	254	1.611	15,8%
Ceará	nd	nd	nd
Distrito Federal	694	3.721	18,7%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	561	2.898	19,4%
Maranhão	108	574	18,8%
Minas Gerais	3.832	14.930	25,7%
Mato Grosso do Sul	1.124	5.621	20,0%
Mato Grosso	235	4.456	5,3%
Pará	28	129	21,7%
Paraíba	823	1.699	48,4%
Pernambuco	111	1.584	7,0%
Piauí	119	267	44,6%
Paraná	1.304	6.886	nd
Rio de Janeiro	2.515	14.492	17,4%
Rio Grande do Norte	114	1.744	6,5%
Rondônia	164	1.028	16,0%
Roraima	nd	nd	nd
Rio Grande do Sul	10.689	43.039	24,8%
Santa Catarina	2.148	6.454	33,3%
Sergipe	nd	nd	nd
São Paulo	nd	nd	nd
Tocantins	13	81	16,0%
Justiça Estadual	24.972	112.497	22,5%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça Estadual de 2º grau e providos pelo STJ e pelo STF, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça Estadual de 2º grau, no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd2^\circ = (RpAI2^\circ + RpEsp2^\circ + RpExt2^\circ) / (RjAI2^\circ + RjEsp2^\circ + RjExt2^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo STF ou STJ(ainda que parcialmente): Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos julgados providos pelo STF ou STJ, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- Rj2º - Recursos Julgados pelo STF ou STJ: Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos julgados pelo STF ou STJ no período-base (semestre).

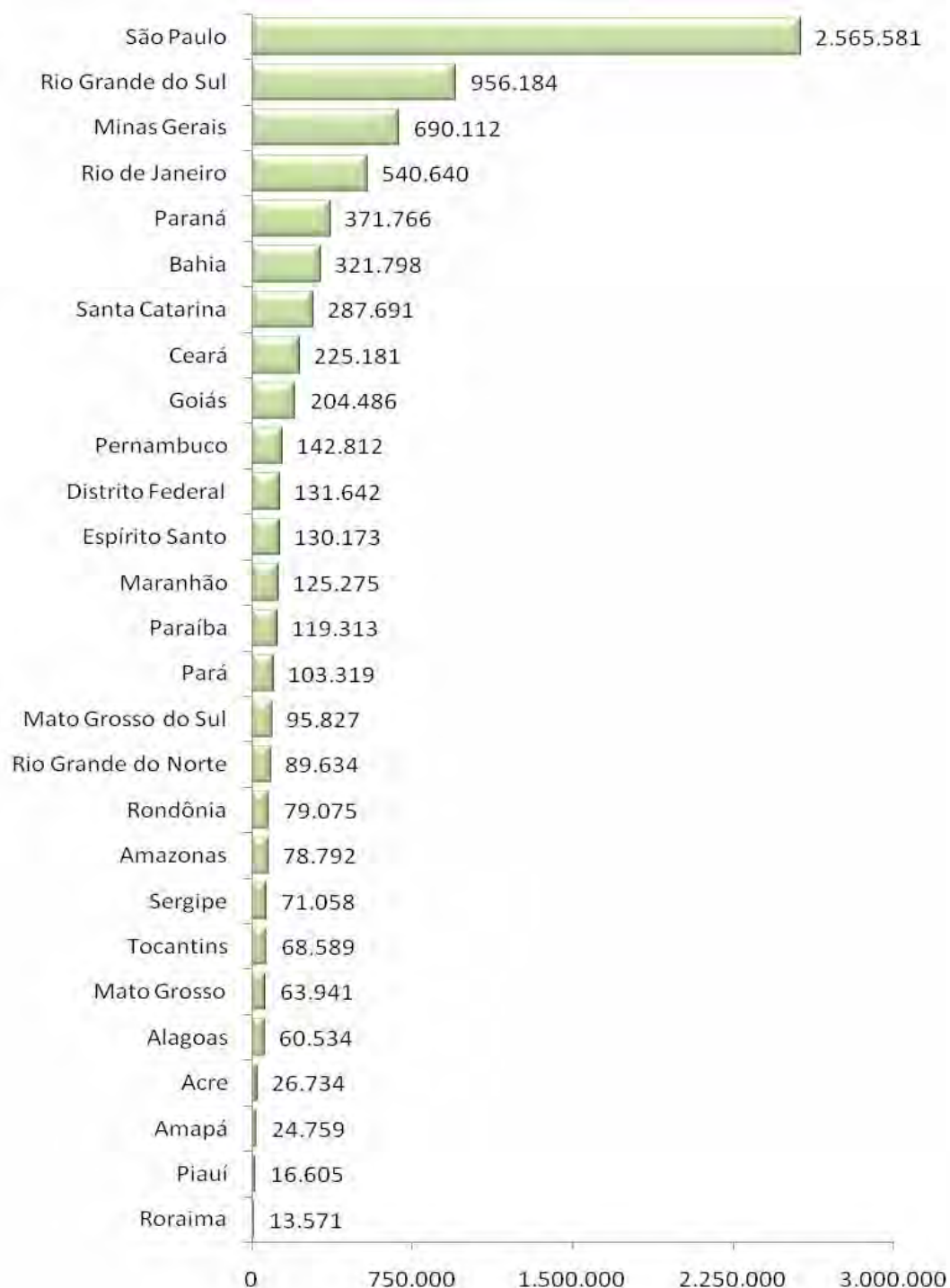
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.1. CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.15 - CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau
Acre	2.710	24.024	26.734
Alagoas	13.204	47.330	60.534
Amazonas	17.540	61.252	78.792
Amapá	9.160	15.599	24.759
Bahia	71.537	250.261	321.798
Ceará	53.647	171.534	225.181
Distrito Federal	9.011	122.631	131.642
Espírito Santo	30.084	100.089	130.173
Goiás	15.188	189.298	204.486
Maranhão	19.937	105.338	125.275
Minas Gerais	139.968	550.144	690.112
Mato Grosso do Sul	8.564	87.263	95.827
Mato Grosso	22.321	41.620	63.941
Pará	7.975	95.344	103.319
Paraíba	28.511	90.802	119.313
Pernambuco	9.963	132.849	142.812
Piauí	9.099	7.506	16.605
Paraná	74.015	297.751	371.766
Rio de Janeiro	31.043	509.597	540.640
Rio Grande do Norte	20.073	69.561	89.634
Rondônia	16.053	63.022	79.075
Roraima	6.513	7.058	13.571
Rio Grande do Sul	110.473	845.711	956.184
Santa Catarina	22.627	265.064	287.691
Sergipe	11.026	60.032	71.058
São Paulo	534.284	2.031.297	2.565.581
Tocantins	18.592	49.997	68.589
Justiça Estadual	1.313.118	6.291.974	7.605.092

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.15 - CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau



Glossário:

CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnCCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais: Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.
- CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.2. CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

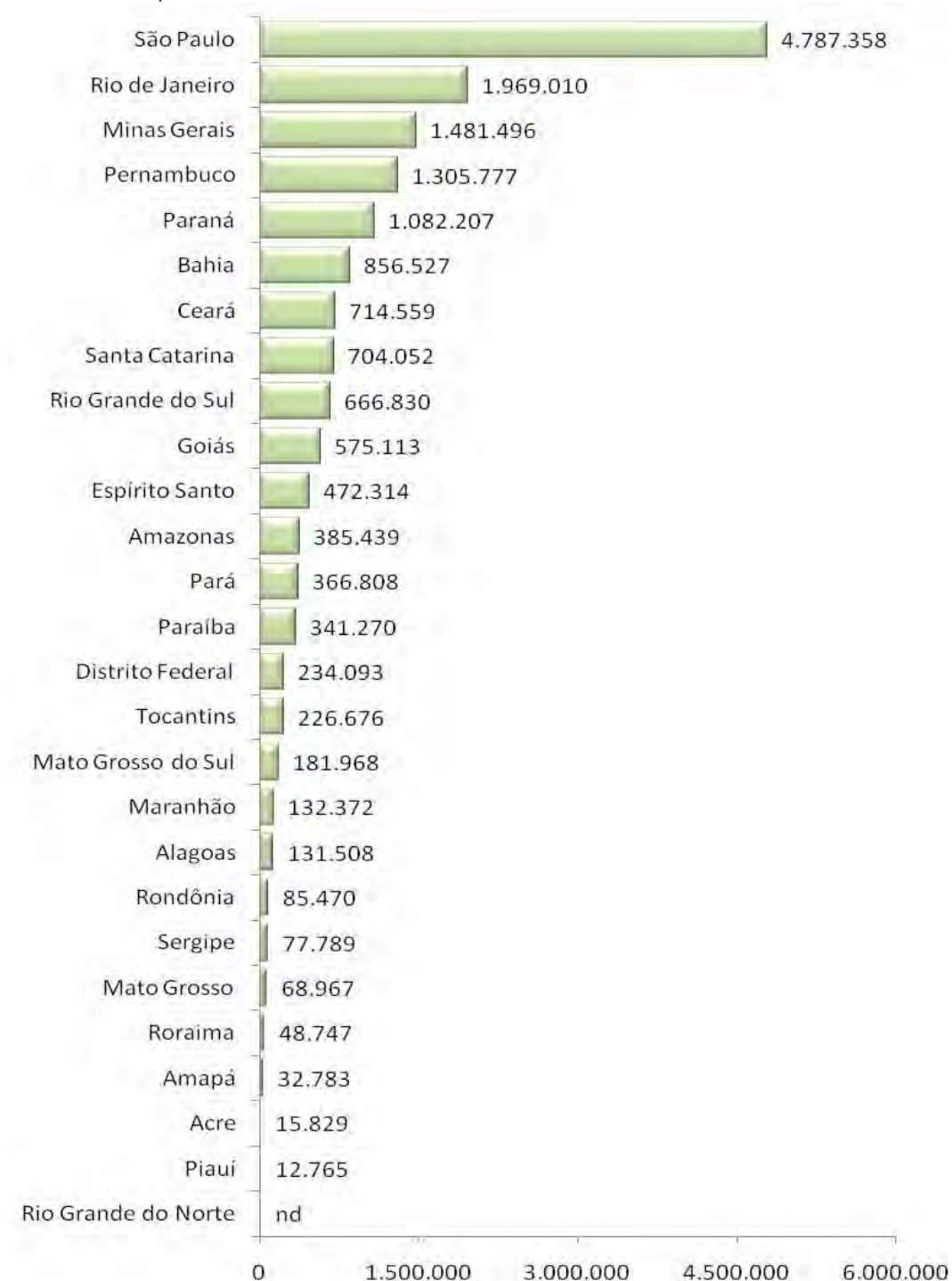
Tabela 2.16 - CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau
Acre	1.108	14.721	15.829
Alagoas	34.721	96.787	131.508
Amazonas	72.034	313.405	385.439
Amapá	9.048	23.735	32.783
Bahia	177.188	679.339	856.527
Ceará	140.744	573.815	714.559
Distrito Federal	29.830	204.263	234.093
Espírito Santo	131.422	340.892	472.314
Goiás	113.631	461.482	575.113
Maranhão	29.920	102.452	132.372
Minas Gerais	444.536	1.036.960	1.481.496
Mato Grosso do Sul	36.758	145.210	181.968
Mato Grosso	12.423	56.544	68.967
Pará	128.383	238.425	366.808
Paraíba	110.378	230.892	341.270
Pernambuco	24.995	1.280.782	1.305.777
Piauí	7.503	5.262	12.765
Paraná	146.680	935.527	1.082.207
Rio de Janeiro	126.925	1.842.085	1.969.010
Rio Grande do Norte	nd	nd	nd
Rondônia	26.351	59.119	85.470
Roraima	21.410	27.337	48.747
Rio Grande do Sul	127.135	539.695	666.830
Santa Catarina	95.584	608.468	704.052
Sergipe	20.455	57.334	77.789
São Paulo	770.232	4.017.126	4.787.358
Tocantins	65.314	161.362	226.676
Justiça Estadual	2.904.708	14.053.019	16.957.727

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.16 - CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de conhecimento no 1º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpC1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais: Saldo residual de processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.
- CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais: Saldo residual de processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.

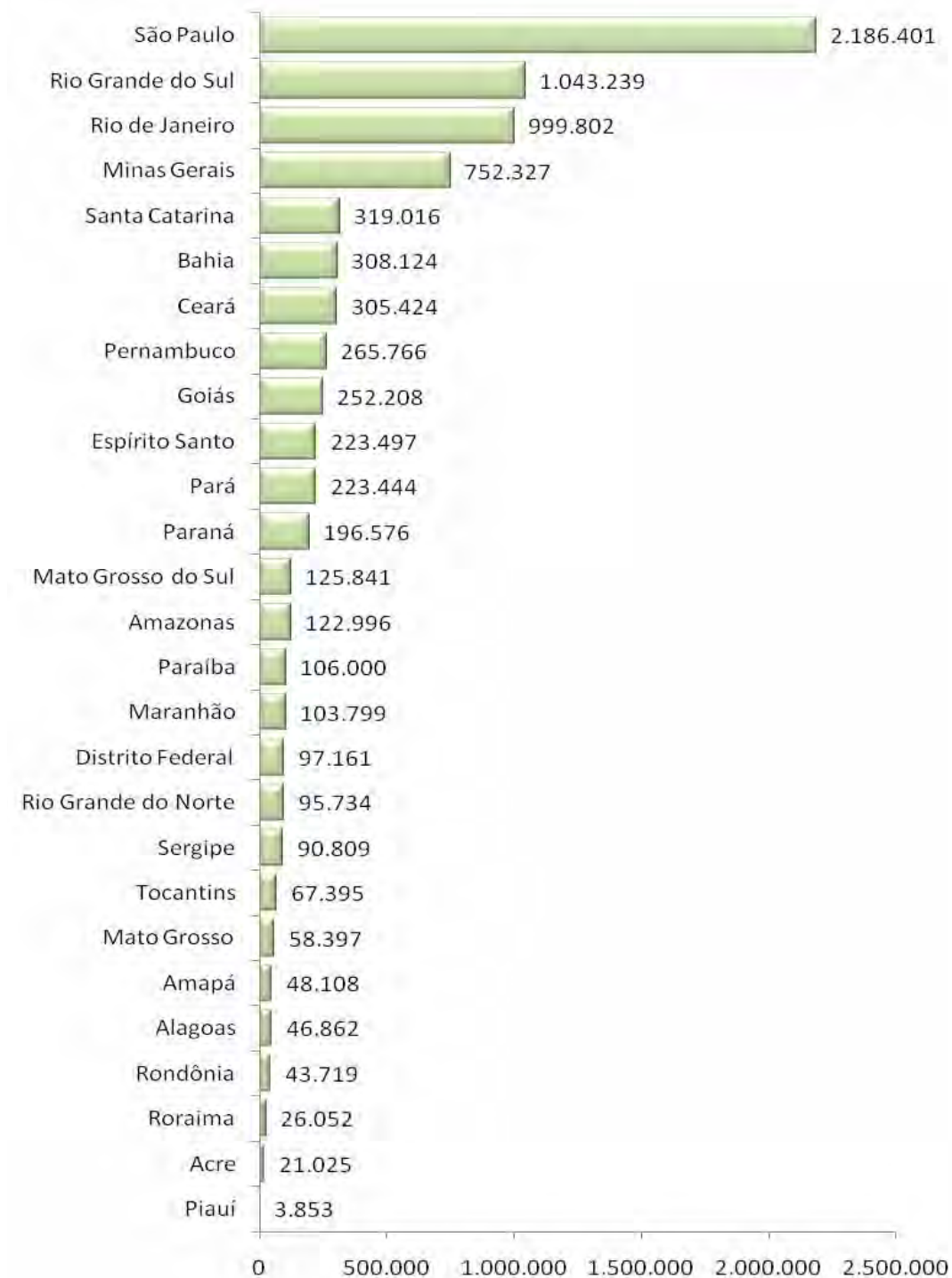
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.3. TBAiXC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

Tabela 2.17 - TBAiXC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBAiXCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	TBAiXCNCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	TBAiXC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau
Acre	2.471	18.554	21.025
Alagoas	7.902	38.960	46.862
Amazonas	33.282	89.714	122.996
Amapá	10.283	37.825	48.108
Bahia	80.298	227.826	308.124
Ceará	8.563	296.861	305.424
Distrito Federal	9.295	87.866	97.161
Espírito Santo	37.895	185.602	223.497
Goiás	42.953	209.255	252.208
Maranhão	18.179	85.620	103.799
Minas Gerais	119.099	633.228	752.327
Mato Grosso do Sul	17.749	108.092	125.841
Mato Grosso	20.113	38.284	58.397
Pará	74.874	148.570	223.444
Paraíba	32.087	73.913	106.000
Pernambuco	22.176	243.590	265.766
Piauí	1.767	2.086	3.853
Paraná	35.894	160.682	196.576
Rio de Janeiro	82.135	917.667	999.802
Rio Grande do Norte	22.466	73.268	95.734
Rondônia	19.202	24.517	43.719
Roraima	7.113	18.939	26.052
Rio Grande do Sul	239.956	803.283	1.043.239
Santa Catarina	42.109	276.907	319.016
Sergipe	13.931	76.878	90.809
São Paulo	260.198	1.926.203	2.186.401
Tocantins	10.982	56.413	67.395
Justiça Estadual	1.272.972	6.860.603	8.133.575

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 2.17 - TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau



Glossário:

TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de conhecimento baixados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixC1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **TBaixCCrim1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais: Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.

· **TBaixCNCrim1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.4. SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

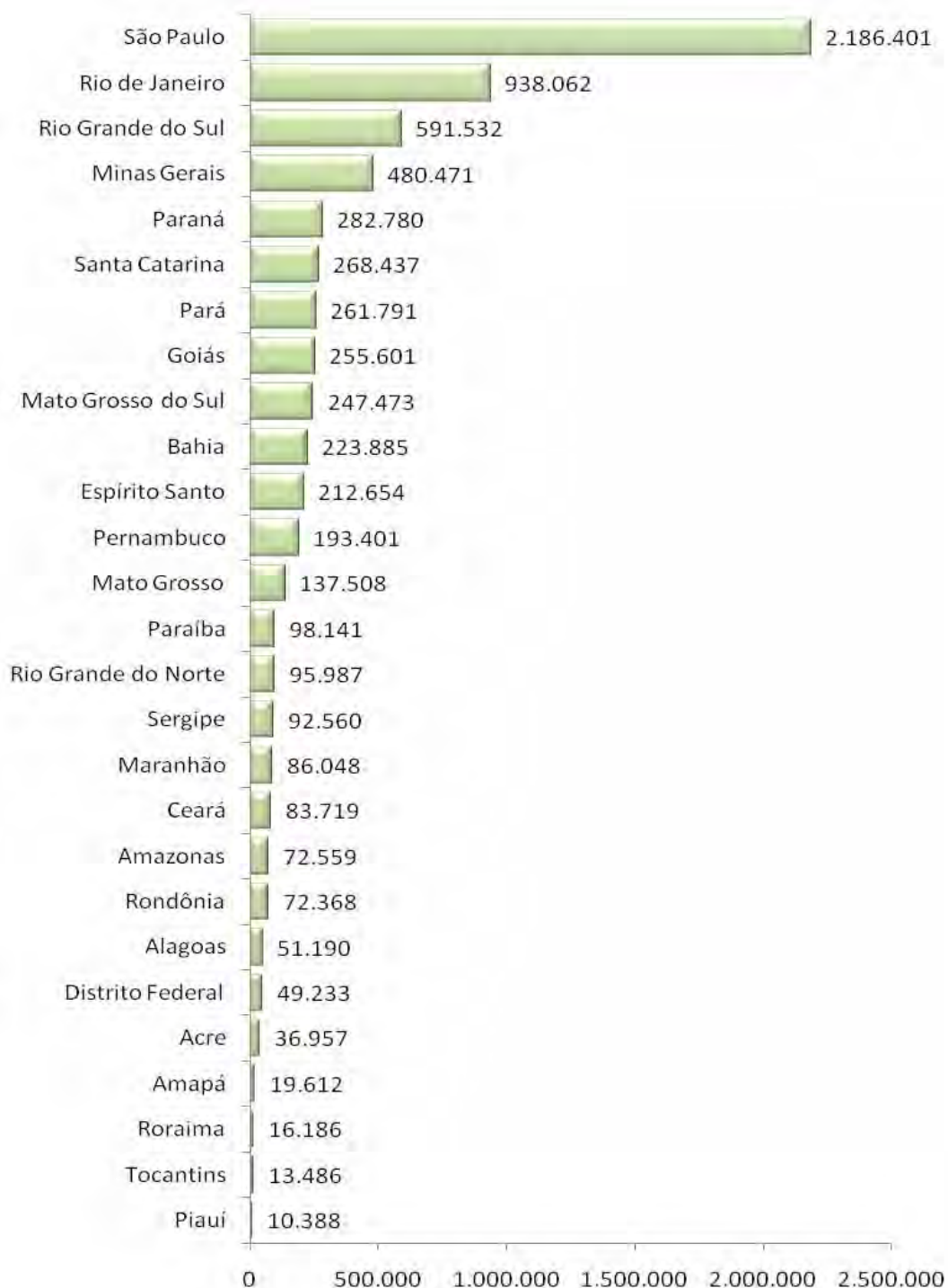
Tabela 2.18 - SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau
Acre	8.573	28.384	36.957
Alagoas	10.063	41.127	51.190
Amazonas	14.927	57.632	72.559
Amapá	5.917	13.695	19.612
Bahia	44.224	179.661	223.885
Ceará	14.554	69.165	83.719
Distrito Federal	21.839	27.394	49.233
Espírito Santo	41.371	171.283	212.654
Goiás	64.015	191.586	255.601
Maranhão	16.004	70.044	86.048
Minas Gerais	21.622	458.849	480.471
Mato Grosso do Sul	117.186	130.287	247.473
Mato Grosso	32.771	104.737	137.508
Pará	86.105	175.686	261.791
Paraíba	22.610	75.531	98.141
Pernambuco	24.964	168.437	193.401
Piauí	5.003	5.385	10.388
Paraná	53.054	229.726	282.780
Rio de Janeiro	28.408	909.654	938.062
Rio Grande do Norte	18.560	77.427	95.987
Rondônia	11.661	60.707	72.368
Roraima	3.705	12.481	16.186
Rio Grande do Sul	146.429	445.103	591.532
Santa Catarina	41.764	226.673	268.437
Sergipe	21.474	71.086	92.560
São Paulo	260.198	1.926.203	2.186.401
Tocantins	13.486	nd	13.486
Justiça Estadual	1.150.487	5.927.943	7.078.430

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.18 - SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças de conhecimento no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentC1}^\circ = \text{SentCCrim1}^\circ + \text{SentCNCrim1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais: Todas as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.
- SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais: Todas as sentenças não-criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.5. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

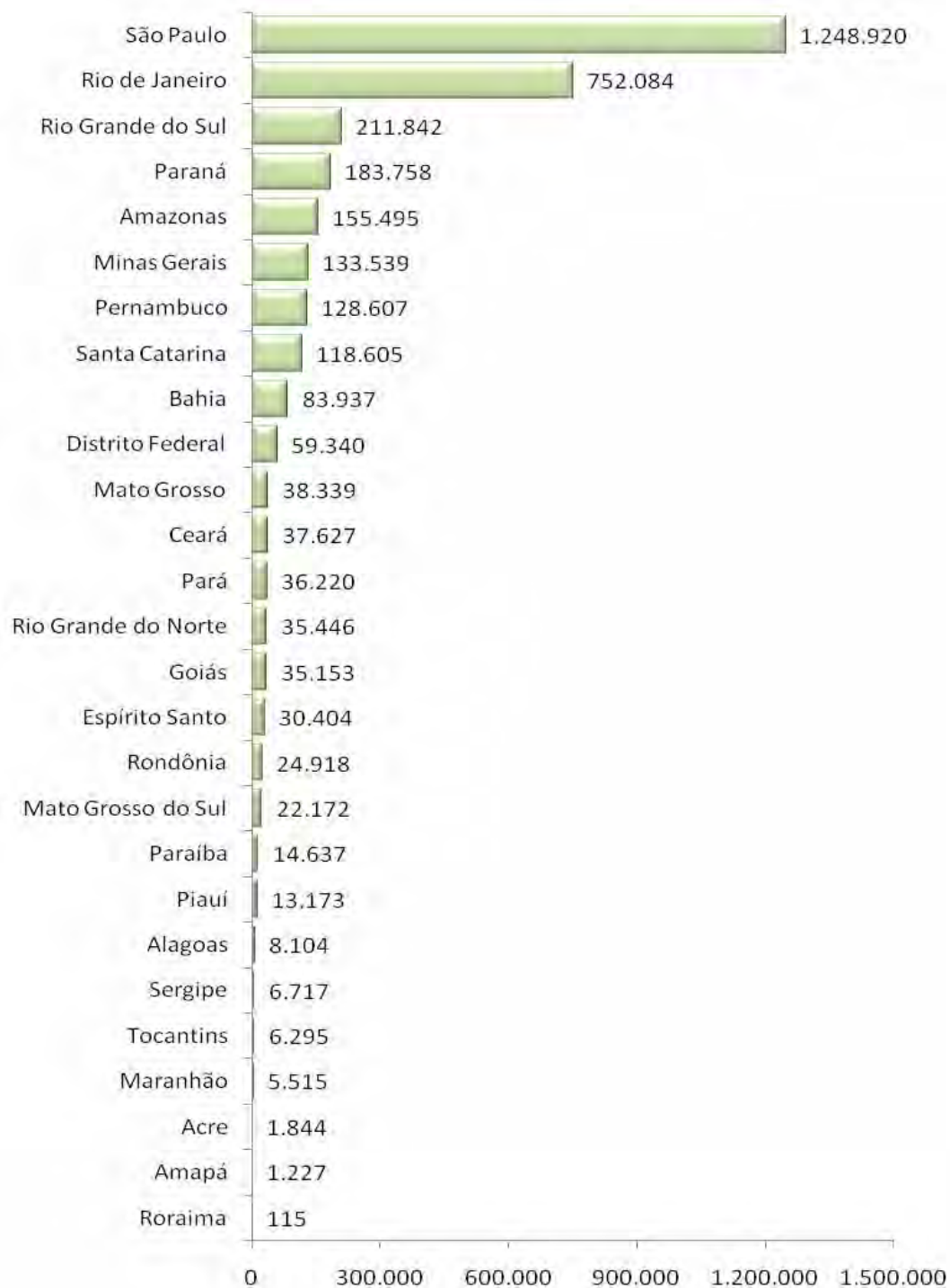
Tabela 2.19 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
Acre	1.490	354	1.844
Alagoas	7.038	1.066	8.104
Amazonas	154.624	871	155.495
Amapá	508	719	1.227
Bahia	71.804	12.133	83.937
Ceará	34.838	2.789	37.627
Distrito Federal	49.446	9.894	59.340
Espírito Santo	22.641	7.763	30.404
Goiás	26.397	8.756	35.153
Maranhão	3.012	2.503	5.515
Minas Gerais	106.304	27.235	133.539
Mato Grosso do Sul	18.139	4.033	22.172
Mato Grosso	32.888	5.451	38.339
Pará	35.781	439	36.220
Paraíba	11.570	3.067	14.637
Pernambuco	123.858	4.749	128.607
Piauí	11.008	2.165	13.173
Paraná	163.282	20.476	183.758
Rio de Janeiro	733.346	18.738	752.084
Rio Grande do Norte	35.446	0	35.446
Rondônia	18.672	6.246	24.918
Roraima	80	35	115
Rio Grande do Sul	168.117	43.725	211.842
Santa Catarina	99.287	19.318	118.605
Sergipe	5.326	1.391	6.717
São Paulo	1.248.920	nd	1.248.920
Tocantins	6.295	nd	6.295
Justiça Estadual	3.190.117	203.916	3.394.033

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.19 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.6. ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau

Tabela 2.20 - ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	ExeJudCrimPL1º - Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	ExeJudCrimNPL1º - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	ExeJudNCrim1º - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau
Acre	0	0	1.980	1.980
Alagoas	771	421	1.734	2.926
Amazonas	9.834	904	5.936	16.674
Amapá	1.318	813	4.152	6.283
Bahia	3.051	2.964	12.724	18.739
Ceará	4.502	3.012	8.168	15.682
Distrito Federal	4.078	3.665	10.467	18.210
Espírito Santo	9.415	1.835	11.440	22.690
Goiás	nd	nd	15.902	15.902
Maranhão	862	716	3.401	4.979
Minas Gerais	nd	1.769	79.110	80.879
Mato Grosso do Sul	6.549	1.445	18.284	26.278
Mato Grosso	2.500	673	433	3.606
Pará	3.209	984	42.511	46.704
Paraíba	nd	nd	5.157	5.157
Pernambuco	3.553	436	6.080	10.069
Piauí	823	264	652	1.739
Paraná	15.534	5.820	21.352	42.706
Rio de Janeiro	14.186	13.246	812.932	840.364
Rio Grande do Norte	nd	nd	nd	nd
Rondônia	5.203	3.443	21.687	30.333
Roraima	35	8	705	748
Rio Grande do Sul	8.396	4.539	198.631	211.566
Santa Catarina	nd	23.602	55.347	78.949
Sergipe	1.256	1.164	10.352	12.772
São Paulo	43.624	18.509	nd	62.133
Tocantins	nd	nd	nd	nd
Justiça Estadual	138.699	90.232	1.349.137	1.578.068

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.20 - ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução judicial que iniciaram no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ExeJud1}^\circ = \text{ExeJudCrimPL1}^\circ + \text{ExeJudCrimNPL1}^\circ + \text{ExeJudNCrim1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeJudCrimPL1º - Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau: Os processos de execução penal de penas privativas de liberdade, inclusive de execuções provisórias, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual no período-base (semestre).
- ExeJudCrimNPL1º - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau: Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).
- ExeJudNCrim1º - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais: Os processos de execução de título judicial ou de cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados no 1º grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.7. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tabela 2.21 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau
Acre	1.844	1.980	3.824
Alagoas	8.104	2.926	11.030
Amazonas	155.495	16.674	172.169
Amapá	1.227	6.283	7.510
Bahia	83.937	18.739	102.676
Ceará	37.627	15.682	53.309
Distrito Federal	59.340	18.210	77.550
Espírito Santo	30.404	22.690	53.094
Goiás	35.153	15.902	51.055
Maranhão	5.515	4.979	10.494
Minas Gerais	133.539	80.879	214.418
Mato Grosso do Sul	22.172	26.278	48.450
Mato Grosso	38.339	3.606	41.945
Pará	36.220	46.704	82.924
Paraíba	14.637	5.157	19.794
Pernambuco	128.607	10.069	138.676
Piauí	13.173	1.739	14.912
Paraná	183.758	42.706	226.464
Rio de Janeiro	752.084	840.364	1.592.448
Rio Grande do Norte	35.446	nd	35.446
Rondônia	24.918	30.333	55.251
Roraima	115	748	863
Rio Grande do Sul	211.842	211.566	423.408
Santa Catarina	118.605	78.949	197.554
Sergipe	6.717	12.772	19.489
São Paulo	1.248.920	62.133	1.311.053
Tocantins	6.295	nd	6.295
Justiça Estadual	3.394.033	1.578.068	4.972.101

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $ExeJud1^\circ = ExeJudCrimPL1^\circ + ExeJudCrimNPL1^\circ + ExeJudNCrim1^\circ$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.8. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tabela 2.22 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
Acre	4.116	2.201	6.317
Alagoas	235.072	4.849	239.921
Amazonas	225.626	3.434	229.060
Amapá	1.340	3.196	4.536
Bahia	254.028	53.539	307.567
Ceará	178.118	3.624	181.742
Distrito Federal	115.784	39.218	155.002
Espírito Santo	147.148	29.528	176.676
Goiás	547.962	71.739	619.701
Maranhão	22.686	5.814	28.500
Minas Gerais	774.470	144.163	918.633
Mato Grosso do Sul	287.252	17.994	305.246
Mato Grosso	161.217	4.826	166.043
Pará	117.627	9.456	127.083
Paraíba	116.951	15.744	132.695
Pernambuco	1.094.403	37.836	1.132.239
Piauí	40.202	2.700	42.902
Paraná	888.159	91.332	979.491
Rio de Janeiro	3.957.252	125.827	4.083.079
Rio Grande do Norte	nd	0	0
Rondônia	71.049	11.145	82.194
Roraima	5.250	71	5.321
Rio Grande do Sul	515.716	100.241	615.957
Santa Catarina	649.074	69.881	718.955
Sergipe	20.192	144.073	164.265
São Paulo	10.263.712	nd	10.263.712
Tocantins	18.753	780	19.533
Justiça Estadual	20.713.159	993.211	21.706.370

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.22 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $\text{CpExt1}^\circ = \text{CpExtFisc1}^\circ + \text{CpExtNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.9. ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau

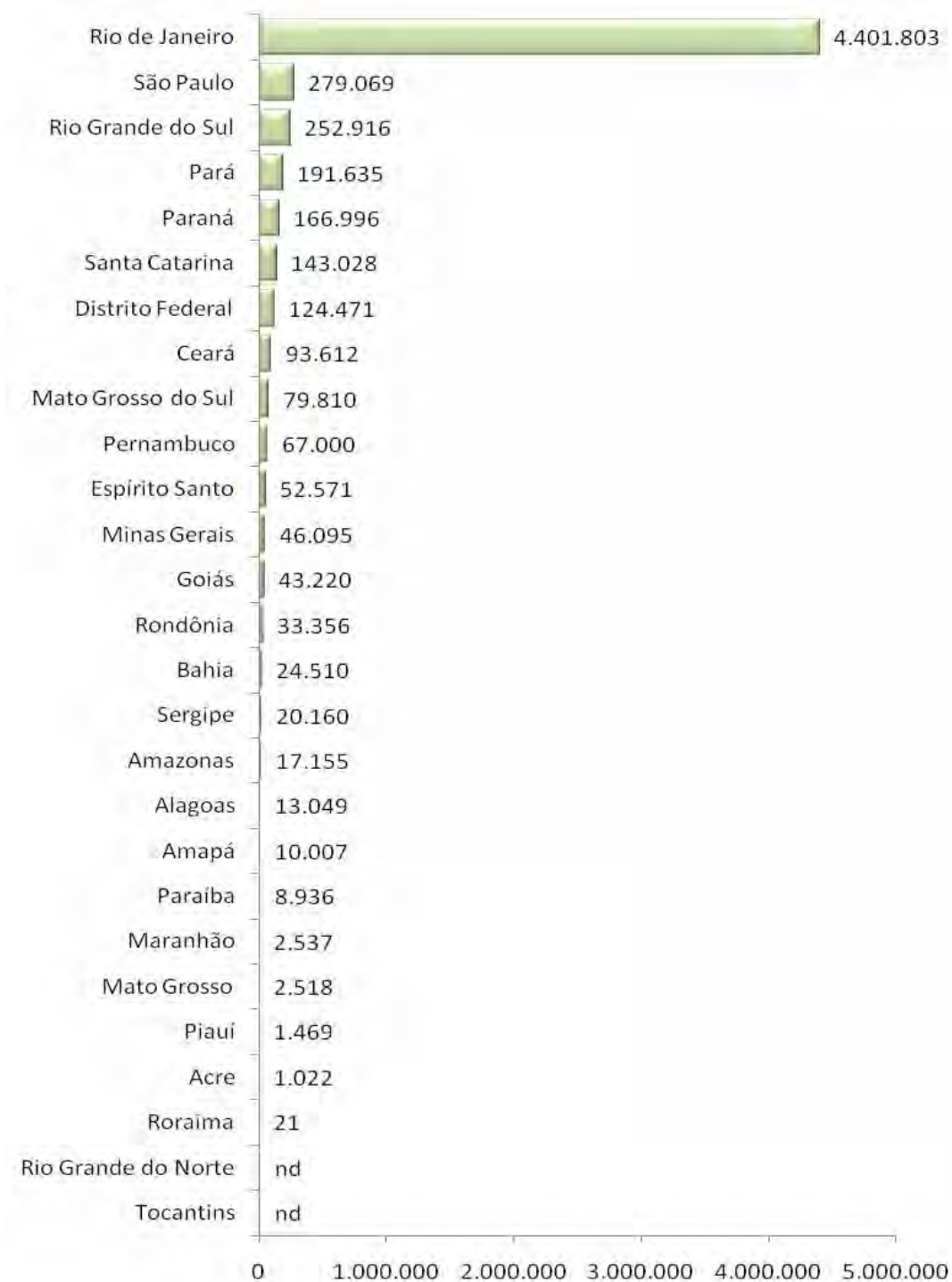
Tabela 2.23 - ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	ExeJudPCrimPL1º - Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	ExeJudPCrimNPL1º - Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	ExeJudPNcrim1º - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau
Acre	0	0	1.022	1.022
Alagoas	2.269	1.884	8.896	13.049
Amazonas	5.110	567	11.478	17.155
Amapá	5.202	119	4.686	10.007
Bahia	1.337	2.660	20.513	24.510
Ceará	4.562	4.023	85.027	93.612
Distrito Federal	53.813	41.352	29.306	124.471
Espírito Santo	34.022	2.693	15.856	52.571
Goiás	nd	nd	43.220	43.220
Maranhão	381	265	1.891	2.537
Minas Gerais	nd	5.626	40.469	46.095
Mato Grosso do Sul	21.701	3.936	54.173	79.810
Mato Grosso	nd	nd	2.518	2.518
Pará	18.199	1.687	171.749	191.635
Paraíba	nd	nd	8.936	8.936
Pernambuco	23.150	2.031	41.819	67.000
Piauí	452	126	891	1.469
Paraná	80.756	11.727	74.513	166.996
Rio de Janeiro	139.343	20.802	4.241.658	4.401.803
Rio Grande do Norte	nd	nd	nd	nd
Rondônia	14.626	4.284	14.446	33.356
Roraima	1	0	20	21
Rio Grande do Sul	41.150	11.794	199.972	252.916
Santa Catarina	0	40.100	102.928	143.028
Sergipe	4.405	516	15.239	20.160
São Paulo	195.701	83.368	nd	279.069
Tocantins	nd	nd	nd	nd
Justiça Estadual	646.180	239.560	5.191.226	6.076.966

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.23 - ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução judicial 1º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ExeJudP1}^\circ = \text{ExeJudPCrimPL1}^\circ + \text{ExeJudPCrimNPL1}^\circ + \text{ExeJudPNCrim1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeJudPCrimPL1º - Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau: Saldo residual de processos de execução penal de penas privativas de liberdade, inclusive de execuções provisórias, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- ExeJudPCrimNPL1º - Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau: Saldo residual de processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- ExeJudPNCrim1º - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais: Saldo residual de processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.10. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

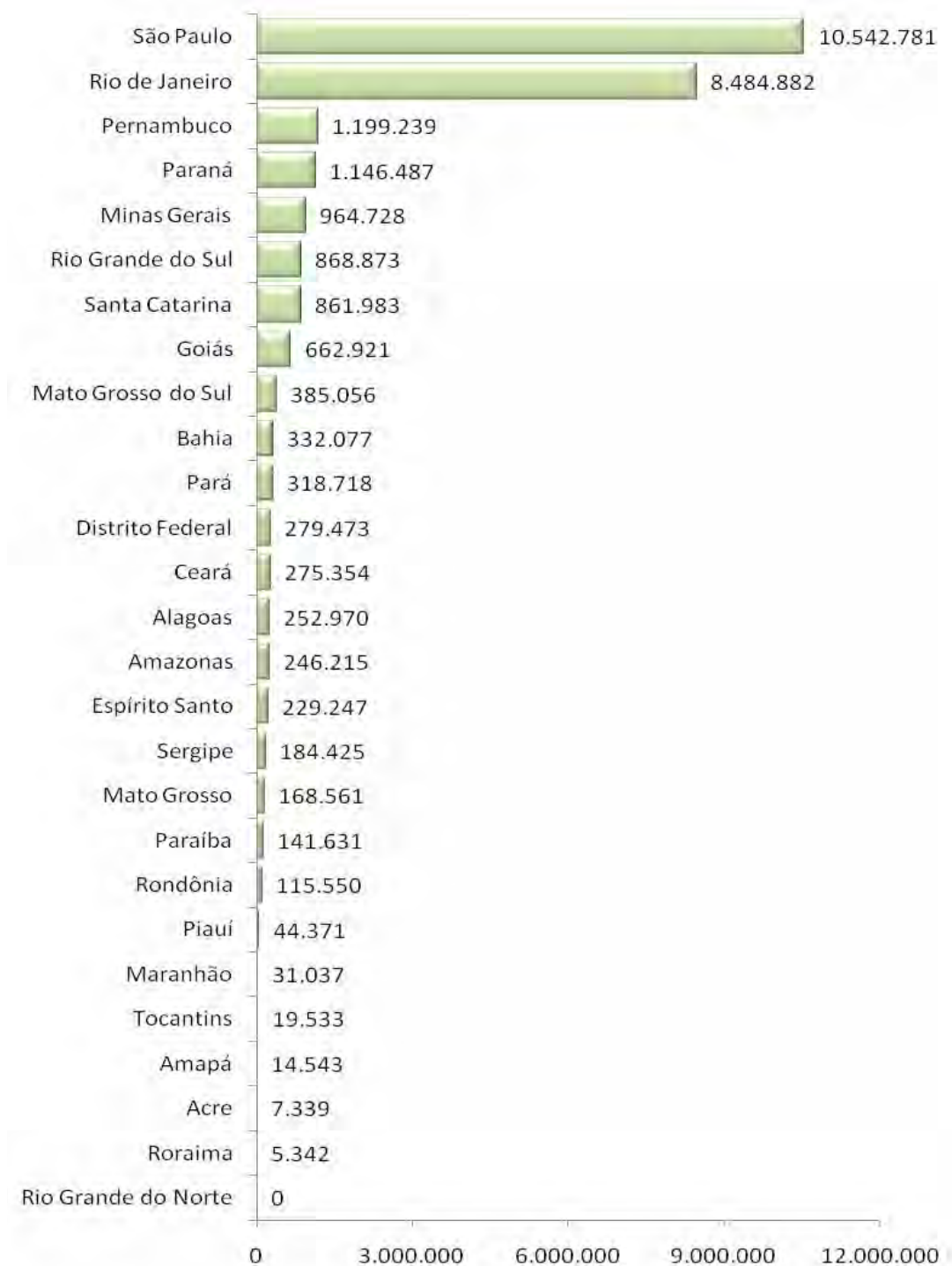
Tabela 2.24 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau
Acre	6.317	1.022	7.339
Alagoas	239.921	13.049	252.970
Amazonas	229.060	17.155	246.215
Amapá	4.536	10.007	14.543
Bahia	307.567	24.510	332.077
Ceará	181.742	93.612	275.354
Distrito Federal	155.002	124.471	279.473
Espírito Santo	176.676	52.571	229.247
Goiás	619.701	43.220	662.921
Maranhão	28.500	2.537	31.037
Minas Gerais	918.633	46.095	964.728
Mato Grosso do Sul	305.246	79.810	385.056
Mato Grosso	166.043	2.518	168.561
Pará	127.083	191.635	318.718
Paraíba	132.695	8.936	141.631
Pernambuco	1.132.239	67.000	1.199.239
Piauí	42.902	1.469	44.371
Paraná	979.491	166.996	1.146.487
Rio de Janeiro	4.083.079	4.401.803	8.484.882
Rio Grande do Norte	0	nd	0
Rondônia	82.194	33.356	115.550
Roraima	5.321	21	5.342
Rio Grande do Sul	615.957	252.916	868.873
Santa Catarina	718.955	143.028	861.983
Sergipe	164.265	20.160	184.425
São Paulo	10.263.712	279.069	10.542.781
Tocantins	19.533	nd	19.533
Justiça Estadual	21.706.370	6.076.966	27.783.336

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $\text{CpEx1}^\circ = \text{CpExt1}^\circ + \text{ExeJudP1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CpExt1}^\circ = \text{CpExtFisc1}^\circ + \text{CpExtNFisc1}^\circ$
- $\text{ExeJudP1}^\circ = \text{ExeJudPCrimPL1}^\circ + \text{ExeJudPCrimNPL1}^\circ + \text{ExeJudPNCrim1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.11. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tabela 2.25 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	TBAixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
Acre	768	688	1.456
Alagoas	5.865	649	6.514
Amazonas	2.802	758	3.560
Amapá	2.386	1.183	3.569
Bahia	46.136	11.277	57.413
Ceará	57.400	925	58.325
Distrito Federal	0	5.980	5.980
Espírito Santo	17.710	5.179	22.889
Goiás	85.309	12.709	98.018
Maranhão	3.536	1.460	4.996
Minas Gerais	110.672	25.672	136.344
Mato Grosso do Sul	42.663	3.127	45.790
Mato Grosso	18.728	978	19.706
Pará	31.127	871	31.998
Paraíba	16.436	2.456	18.892
Pernambuco	157.330	5.554	162.884
Piauí	248	153	401
Paraná	91.445	10.509	101.954
Rio de Janeiro	221.649	20.004	241.653
Rio Grande do Norte	9.219	nd	9.219
Rondônia	24.150	9.077	33.227
Roraima	0	71	71
Rio Grande do Sul	109.480	29.317	138.797
Santa Catarina	101.491	17.797	119.288
Sergipe	12.154	11.442	23.596
São Paulo	2.211.507	nd	2.211.507
Tocantins	5.268	550	5.818
Justiça Estadual	3.385.479	178.386	3.563.865

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.25 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

· TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnExtNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.12. TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau

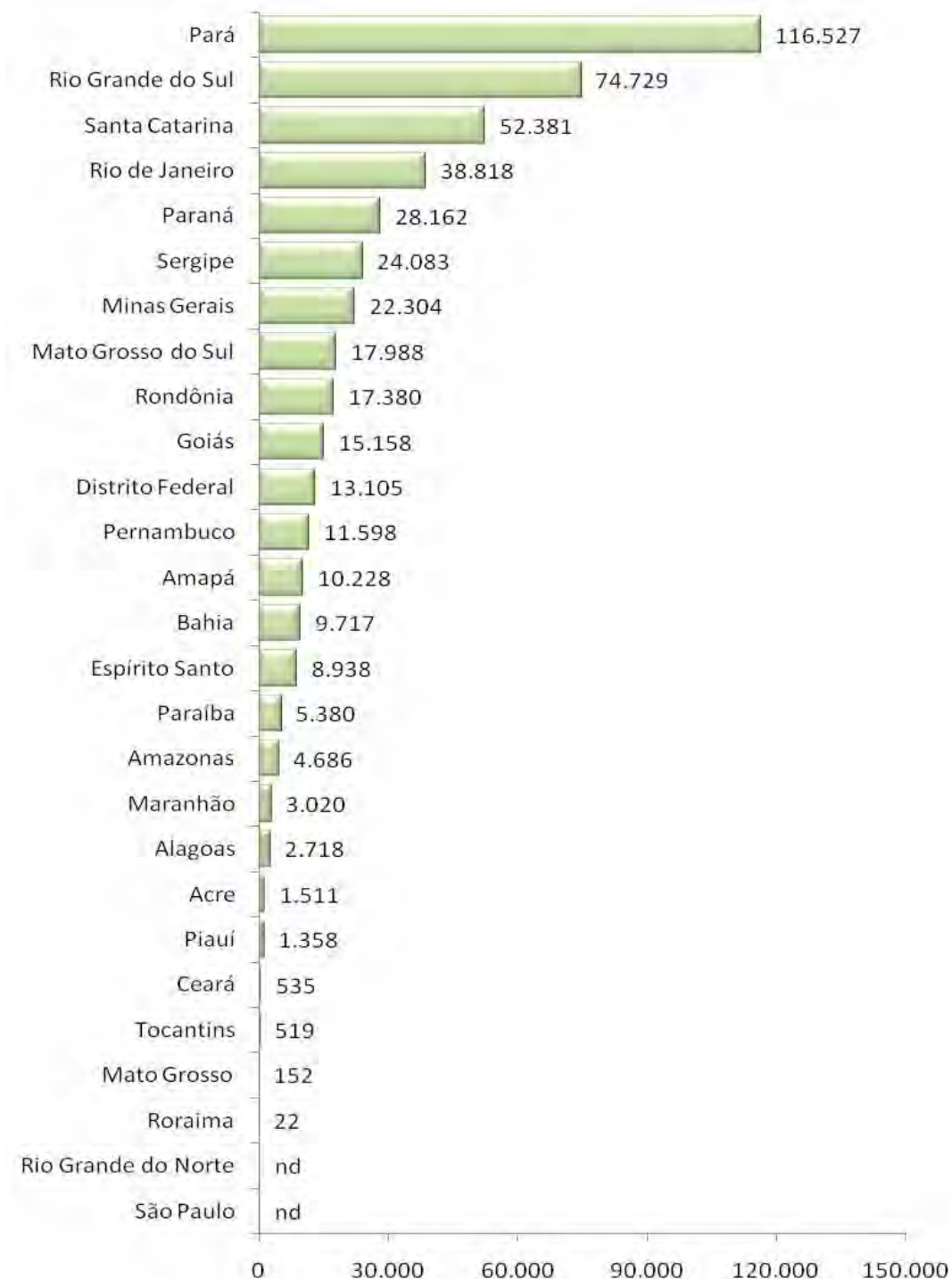
Tabela 2.26 - TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBAixJudCrimPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	TBAixJudCrimNPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não- Privativas de Liberdade no 1º Grau	TBAixJudNCrim1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau
Acre	nd	nd	1.511	1.511
Alagoas	114	214	2.390	2.718
Amazonas	198	500	3.988	4.686
Amapá	2.166	330	7.732	10.228
Bahia	3.181	1.785	4.751	9.717
Ceará	75	10	450	535
Distrito Federal	818	3.905	8.382	13.105
Espírito Santo	630	208	8.100	8.938
Goiás	nd	nd	15.158	15.158
Maranhão	375	598	2.047	3.020
Minas Gerais	19.700	55	2.549	22.304
Mato Grosso do Sul	5.636	861	11.491	17.988
Mato Grosso	nd	nd	152	152
Pará	888	530	115.109	116.527
Paraíba	nd	nd	5.380	5.380
Pernambuco	1.477	292	9.829	11.598
Piauí	928	264	166	1.358
Paraná	6.659	3.014	18.489	28.162
Rio de Janeiro	9.521	nd	29.297	38.818
Rio Grande do Norte	nd	nd	nd	nd
Rondônia	3.249	1.635	12.496	17.380
Roraima	0	0	22	22
Rio Grande do Sul	4.849	2.961	66.919	74.729
Santa Catarina	0	21.982	30.399	52.381
Sergipe	500	87	23.496	24.083
São Paulo	nd	nd	nd	nd
Tocantins	nd	nd	519	519
Justiça Estadual	60.964	39.231	380.822	481.017

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.26 - TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução judicial que foram baixados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixJud1^\circ = TBaixJudCrimPL1^\circ + TBaixJudCrimNPL1^\circ + TBaixJudNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaixJudCrimPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau: Os processos de execução penal de penas privativas de liberdade que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimPL1º - Execuções de penas privativas de liberdade no 1º Grau.

- TBaixJudCrimNPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau: Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPL1º - Execuções de penas não-privativas de liberdade no 1º Grau.

- TBaixJudNCrim1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais: Os processos de execução de títulos judiciais (exceto de execuções penais) que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrim1º - Execuções judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.13. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tabela 2.27 - TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau
Acre	1.456	1.511	2.967
Alagoas	6.514	2.718	9.232
Amazonas	3.560	4.686	8.246
Amapá	3.569	10.228	13.797
Bahia	57.413	9.717	67.130
Ceará	58.325	535	58.860
Distrito Federal	5.980	13.105	19.085
Espírito Santo	22.889	8.938	31.827
Goiás	98.018	15.158	113.176
Maranhão	4.996	3.020	8.016
Minas Gerais	136.344	22.304	158.648
Mato Grosso do Sul	45.790	17.988	63.778
Mato Grosso	19.706	152	19.858
Pará	31.998	116.527	148.525
Paraíba	18.892	5.380	24.272
Pernambuco	162.884	11.598	174.482
Piauí	401	1.358	1.759
Paraná	101.954	28.162	130.116
Rio de Janeiro	241.653	38.818	280.471
Rio Grande do Norte	9.219	nd	9.219
Rondônia	33.227	17.380	50.607
Roraima	71	22	93
Rio Grande do Sul	138.797	74.729	213.526
Santa Catarina	119.288	52.381	171.669
Sergipe	23.596	24.083	47.679
São Paulo	2.211.507	nd	2.211.507
Tocantins	5.818	519	6.337
Justiça Estadual	3.563.865	481.017	4.044.882

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.27 - TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$
- $TBaixJud1^\circ = TBaixJudCrimPL1^\circ + TBaixJudCrimNPL1^\circ + TBaixJudNCrim1^\circ$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.14. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tabela 2.28 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
Acre	668	470	1.138
Alagoas	63.066	937	64.003
Amazonas	3.162	754	3.916
Amapá	131	655	786
Bahia	19.867	10.484	30.351
Ceará	90.683	1.225	91.908
Distrito Federal	0	5.769	5.769
Espírito Santo	15.286	2.941	18.227
Goiás	94.898	9.223	104.121
Maranhão	1.700	1.325	3.025
Minas Gerais	108.955	21.141	130.096
Mato Grosso do Sul	28.265	1.979	30.244
Mato Grosso	14.299	1.488	15.787
Pará	34.384	466	34.850
Paraíba	20.979	2.146	23.125
Pernambuco	76.665	3.144	79.809
Piauí	1.153	844	1.997
Paraná	72.405	13.083	85.488
Rio de Janeiro	127.847	13.623	141.470
Rio Grande do Norte	9.222	nd	9.222
Rondônia	16.881	5.029	21.910
Roraima	1.777	5	1.782
Rio Grande do Sul	21.216	6.726	27.942
Santa Catarina	89.471	9.192	98.663
Sergipe	11.149	5.424	16.573
São Paulo	2.211.507	nd	2.211.507
Tocantins	nd	nd	nd
Justiça Estadual	3.135.636	118.073	3.253.709

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.28 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos executivos extrajudiciais que foram proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentExt1º} = \text{SentExtFisc1º} + \text{SentExtNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.
- SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal: Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções fiscais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnExtNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.15. SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau

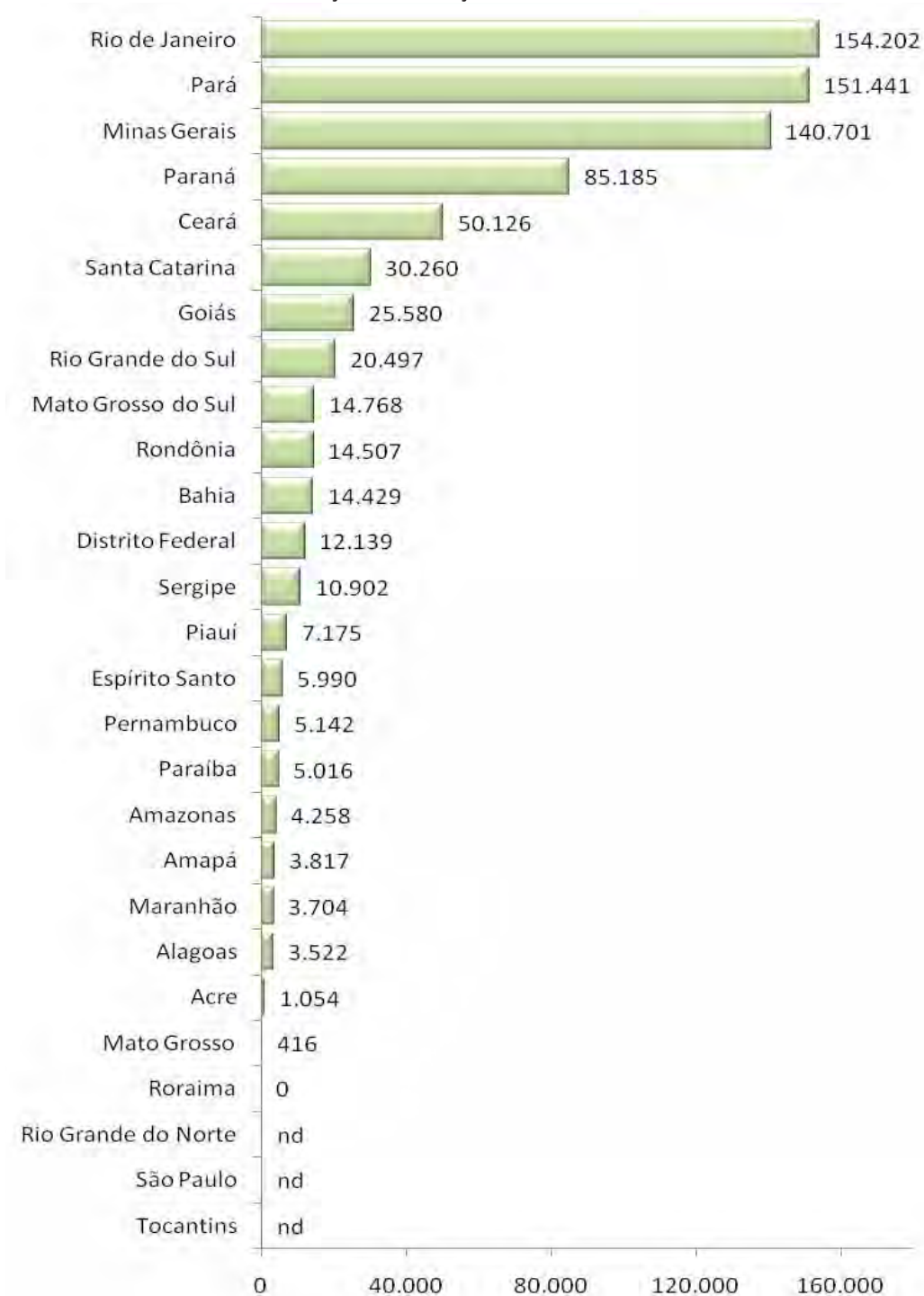
Tabela 2.29 - SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentJudCrimPL1º - Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	SentJudCrimNPL1º - Sentenças em Execução de Penas Não- Privativas de Liberdade no 1º grau	SentJudNCrim1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau
Acre	nd	nd	1.054	1.054
Alagoas	591	275	2.656	3.522
Amazonas	428	811	3.019	4.258
Amapá	1.136	314	2.367	3.817
Bahia	5.721	2.029	6.679	14.429
Ceará	1.907	1.109	47.110	50.126
Distrito Federal	2.295	0	9.844	12.139
Espírito Santo	2.027	62	3.901	5.990
Goiás	nd	nd	25.580	25.580
Maranhão	621	621	2.462	3.704
Minas Gerais	46.817	968	92.916	140.701
Mato Grosso do Sul	2.447	49	12.272	14.768
Mato Grosso	nd	nd	416	416
Pará	535	16.379	134.527	151.441
Paraíba	nd	nd	5.016	5.016
Pernambuco	1.566	187	3.389	5.142
Piauí	1.758	2.475	2.942	7.175
Paraná	57.188	5.987	22.010	85.185
Rio de Janeiro	1.463	419	152.320	154.202
Rio Grande do Norte	nd	nd	nd	nd
Rondônia	2.152	2.170	10.185	14.507
Roraima	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	3.879	2.437	14.181	20.497
Santa Catarina	0	4.462	25.798	30.260
Sergipe	500	nd	10.402	10.902
São Paulo	nd	nd	nd	nd
Tocantins	nd	nd	nd	nd
Justiça Estadual	133.031	40.754	591.046	764.831

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.29 - SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução judicial no 1º Grau que foram proferidas na Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentJud1}^\circ = \text{SentJudCrimPL1}^\circ + \text{SentJudCrimNPL1}^\circ + \text{SentJudNCrim1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentJudCrimPL1º - Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau: Todas as sentenças em execução de penas privativas de liberdade proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimPL1º - Execuções de penas privativas de liberdade no 1º Grau.
- SentJudCrimNPL1º - Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau: Todas as sentenças em execução de penas não-privativas de liberdade proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPL1º - Execuções de penas não-privativas de liberdade no 1º Grau.
- SentJudNCrim1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal: Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções penais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrim1º - Execuções judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.16. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tabela 2.30 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau
Acre	1.138	1.054	2.192
Alagoas	64.003	3.522	67.525
Amazonas	3.916	4.258	8.174
Amapá	786	3.817	4.603
Bahia	30.351	14.429	44.780
Ceará	91.908	50.126	142.034
Distrito Federal	5.769	12.139	17.908
Espírito Santo	18.227	5.990	24.217
Goiás	104.121	25.580	129.701
Maranhão	3.025	3.704	6.729
Minas Gerais	130.096	140.701	270.797
Mato Grosso do Sul	30.244	14.768	45.012
Mato Grosso	15.787	416	16.203
Pará	34.850	151.441	186.291
Paraíba	23.125	5.016	28.141
Pernambuco	79.809	5.142	84.951
Piauí	1.997	7.175	9.172
Paraná	85.488	85.185	170.673
Rio de Janeiro	141.470	154.202	295.672
Rio Grande do Norte	9.222	nd	9.222
Rondônia	21.910	14.507	36.417
Roraima	1.782	0	1.782
Rio Grande do Sul	27.942	20.497	48.439
Santa Catarina	98.663	30.260	128.923
Sergipe	16.573	10.902	27.475
São Paulo	2.211.507	nd	2.211.507
Tocantins	nd	nd	nd
Justiça Estadual	3.253.709	764.831	4.018.540

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.30 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentEx1}^\circ = \text{SentExt1}^\circ + \text{SentJud1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{SentExt1}^\circ = \text{SentExtFisc1}^\circ + \text{SentExtNFisc1}^\circ$
- $\text{SentJud1}^\circ = \text{SentJudCrimPL1}^\circ + \text{SentJudCrimNPL1}^\circ + \text{SentJudNCrim1}^\circ$